



Apoio à produção da Candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

Setembro 2015



ÍNDICE

1. Sumário executivo
2. Experiência do promotor
3. Caracterização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
 - 3.1 Situação atual do território
 - 3.2 Análise SWOT
 - 3.3 Desafios e Fatores Críticos de Sucesso
4. Objetivos e definição da Estratégia
5. Componentes dos Planos de Ação
 - 5.1 Identificação das Prioridades de Investimento a mobilizar
 - 5.2 Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
 - 5.2.1 Diagnóstico
 - 5.2.2 Objetivos e definição da Estratégia
 - 5.2.3 Programa de Ações
 - 5.3 Plano de Ação de Regeneração Urbana
 - 5.3.1 Objetivos estratégicos, incluindo o envolvimento dos vários atores no território e Planta de delimitação territorial do perímetro em que se pretende intervir
 - 5.3.2 Modelo habitacional
 - 5.3.3 Modelo económico
 - 5.3.4 Regras e critérios de proteção do património arquitectónico e arqueológico
 - 5.3.5 Programa de Ações
 - 5.4 Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
 - 5.4.1 Identificação da(s) Comunidade(s) Desfavorecida(s) em que se pretende atuar, delimitação da área territorial e definição da Estratégia de intervenção
 - 5.4.2 Programa de Ações
6. Principais Realizações
7. Modelo de Governação
8. Anexos

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento, elaborado pela Capgemini em 2015, visa apoiar a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz na produção da Candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que constitui uma das ferramentas para implementar estratégias de regeneração urbana de uma forma integrada (recorrendo a fundos comunitários).

Neste contexto, o presente projeto tem como principais objetivos:

- Recolher e sistematizar os elementos de diagnóstico territorial ao nível da i) mobilidade urbana, ii) regeneração urbana e iii) regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas;
- Identificar e determinar estratégias de intervenção que garantam o alinhamento com as Prioridades Estratégicas e com as Prioridades de Investimento abrangidas;
- Selecionar e sistematizar as ações e investimentos que consubstanciem a estratégia definida e que assegurem o alinhamento com a Estratégia do Município de Reguengos de Monsaraz e da região.

O PEDU visa responder à i) estratégia de atuação definida para a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e para a Região do Alentejo Central, e às ii) Prioridades de Investimento (PI):

- PI 4.5 | Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação, cujas dotações estimadas atingem os 1.222.164,35 €.
- PI 6.5 | Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído, cujas dotações estimadas atingem os 1.507.370,03 €.
- PI 9.8 | Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, cujas dotações estimadas atingem os 585.000,00 €.

2. EXPERIÊNCIA DO PROMOTOR

O Município de Reguengos de Monsaraz dispõe recursos para a realização das tarefas inerentes a este projeto “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano”, uma vez que tem uma vasta experiência na elaboração de candidaturas e de pedidos de pagamento, possuindo, para este efeito, uma estrutura com técnicos com experiência e conhecimentos em matéria de fundos comunitários e nacionais que permitirão assegurar, não só o apoio na elaboração desta candidatura e outras, futuras, mas também no cumprimento dos trâmites legais, nacionais e comunitários, em fase de execução da mesma.

Acresce ainda o facto de ser esta mesma equipa a realizar todos os procedimentos concursais de acordo com a legislação do Código dos Contratos Públicos, processos sempre associados à despesa a concretizar no âmbito de projetos a candidatar. Por esta via ficam agilizados e articulados todos os trabalhos no desenvolvimento de candidaturas.

No âmbito do QREN, o Município de Reguengos de Monsaraz deu o seu contributo na implementação da contratualização com a Comunidade Intermunicipal que abrange este território NUT III Alentejo Central e neste prosseguimento identificou os projetos e respetivos investimentos que integraram o PTD do Alentejo Central aprovado em Dezembro de 2008.

No decorrer do período de programação do QREN o Município apresentou as candidaturas à CIMAC, através da subvenção global, tendo sido aprovado, no conjunto das operações, um investimento total de 5.250.711,50 € que correspondeu na obtenção de financiamento FEDER ao montante de aproximadamente 4.447.371,90 €.

Foi ainda obtida experiência através do Plano de Ação Agenda 21 Local Reguengos de Monsaraz cofinanciado INAlentejo através da operação "Elaboração e Implementação da Agenda 21 Local do Alentejo Central" promovida pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. Face à especificidade de projetos desta natureza foi criado um grupo técnico municipal para acompanhamento dos trabalhos e dinamização junto das entidades locais e regionais no processo de desenvolvimento do projeto.

Ainda no decorrer do período de elegibilidade do QREN o Município liderou uma candidatura designada “Programa Estratégico da Rede Terras de Sol”, através de uma parceria criada no quadro das Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação que envolveu um conjunto de seis municípios do Alentejo Central: Alandroal, Évora, Mourão, Portel, Redondo e Reguengos de Monsaraz.

A Rede Terras de Sol definiu-se fundamentalmente como uma rede que contribuiu para a atratividade distintiva do território e, portanto, que se encontra ligada à valorização e exploração de fatores de atratividade dos seis concelhos, como os seus recursos patrimoniais únicos e distintivos, os seus produtos tradicionais, a qualidade da paisagem e a ligação privilegiada ao elemento natureza e paisagem e a sua riqueza cultural.

2. EXPERIÊNCIA DO PROMOTOR

Esta estratégia foi concretizada através de um conjunto de ações e projetos conjuntos, articulados entre si através de cinco Eixos Prioritários de Intervenção: animação económica, qualidade de vida e ambiente, cultura, promoção e marketing e gestão e coordenação, envolvendo um investimento que ascendeu a 6.012.000 €, tendo sido atribuído um montante FEDER de 4.654.540,27 €. Deste montante global o Município realizou um investimento na ordem dos 1.450.000 € tendo sido financiado 1.160.000 €.

O Município também constituiu um programa de ação aprovado pelo INAlentejo, tendo sido desenvolvido durante os anos de 2011 e 2012 pelos diferentes parceiros envolvidos na candidatura, nomeadamente Alandroal, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Palmela. No âmbito do regulamento específico (Rede de Equipamentos Culturais – Programação em Rede a operação TEIAS), a Rede Cultural do Alentejo contribui para a melhoria das condições de acesso e fruição aos bens culturais e um fomento na participação ativa dos cidadãos na atividade cultural. Nesta operação, o Município investiu 78.825,08 €, distribuído pelas várias ações designadamente itinerâncias com agentes culturais, serviços educativos em rede e aquisição de bilheteiras eletrónicas e divulgação do projeto.

No âmbito do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal 2007-2013, o Município participou nos desenvolvimentos dos projetos PEGLA – Projeto Estruturante das Terras do Grande Lago de Alqueva e ADLA – Ações para o Desenvolvimento do Lago Alqueva liderados pela atual Associação Transfronteiriça do Lago Alqueva.

Por fim, é de salientar que o Município de Reguengos de Monsaraz possui recursos humanos com capacidades técnicas e administrativas adequadas para o desenvolvimento de planos, candidaturas e de projetos para a obtenção de fundos estruturais europeus e apoios nacionais. A estrutura técnica que efetua o acompanhamento e desenvolvimento durante todo o ciclo de vida de candidaturas dispõe de conhecimentos técnicos adequados à realização destas tarefas e é composta por quatro elementos: uma técnica superior e três assistentes técnicos.

Ainda neste âmbito e sempre que se revele necessário a prossecução de outras atividades complementares aos projetos/ candidaturas colaborarão outros técnicos com áreas específicas, tais como: engenheiros, arquitetos, arqueólogo, graduados em ciências sociais e em gestão...

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO

A cidade de Reguengos de Monsaraz, sede de Concelho no Distrito de Évora, ocupa uma posição privilegiada no quadro regional. Está inserida na Região do Alentejo Central (NUTS III), apresentando-se como área de grande influência agrícola e fortemente representativa do total da região, denotando uma área territorial de 461,22 Km², subdividida em quatro freguesias, resultado consequente da unificação das freguesias em 2014.

Com uma população de 10.828 habitantes e uma densidade populacional de 23,47 habitantes/ Km² (2011), o município de Reguengos de Monsaraz é o centro de uma área de concelhos predominantemente rurais. Combina atividades mais tradicionais, como a agricultura e a pecuária, com atividades mais modernas inseridas nos setores do retalho, da construção, da saúde, da indústria e do turismo (fluvial, gastronómico e enoturismo), fruto do desenvolvimento regional proporcionado pela expansão das terras do Grande Lago. De destacar também as atividades ligadas ao artesanato, principalmente a tecelagem e a olaria, figurando a povoação de São Pedro do Corval como o maior centro oleiro da Península Ibérica.

No entanto a agricultura continua a ser a atividade económica predominante, nomeadamente com a Viticultura e Olivicultura com um enorme e fundamental peso no desenvolvimento e crescimento do setor. Segundo os dados mais recentes, a área cadastrada de vinha no Concelho de Reguengos de Monsaraz traduz-se em 18.86% do total da área cadastrada de toda a Região do Alentejo, ou seja, aproximadamente uma quinta parte, demonstrando o enorme peso que a viticultura e a produção vitivinícola assumem no concelho e na sua dinamização.

No que respeita à mobilidade, verifica-se que a população de Reguengos de Monsaraz desloca-se para trabalhar e estudar para outros concelhos ao nível nacional essencialmente por três corredores: corredor Évora – AML, corredor centro-litoral norte e corredor sul, sendo contudo o corredor Évora – AML que têm maior expressão. Se forem considerados os movimentos entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo por freguesia, a freguesia de Reguengos de Monsaraz é sem dúvida a que possui uma maior proporção de pessoas a deslocar-se para trabalhar ou estudar noutra freguesia do concelho, seguindo-se-lhe o Corval e o Campinho, sendo a freguesia de Monsaraz a que possui menor expressão no número de deslocações para trabalhar nas restantes freguesias.

Por seu turno, se considerados os movimentos de indivíduos de cada freguesia para trabalhar ou estudar noutra município, verifica-se que a freguesia de Reguengos de Monsaraz e do Corval são as que possuem maior proporção de indivíduos. Por outro lado, neste caso, a freguesia do Campinho apresenta um valor muito reduzido, traduzindo que os movimentos dos indivíduos desta freguesia são feitos essencialmente dentro do concelho.

Extinta a ligação ferroviária Reguengos de Monsaraz – Évora, a rede de transportes suburbanos foi reforçada pela Rodoviária do Alentejo, realizando deslocações diárias frequentes com uma duração média de 25 minutos por trajeto, assegurando também o transporte para todas as povoações do concelho.

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO (CONT.)

Relativamente ao sistema urbano de Reguengos de Monsaraz, este desenvolveu-se a partir de dois núcleos embrionários datados do século XV, designados de Reguengos de Cima e Reguengos de Baixo, ligados fisicamente pela Rua de Lisboa, dando origem futuramente a Reguengos do Meio e à consequente Vila de Reguengos em 1839, elevando-se a cidade no ano de 2004.

Esta expansão foi impulsionada por um forte desenvolvimento agrícola, essencialmente composto pela viticultura e olivicultura, que originou também a fixação de alguma indústria.

Nos anos 60 e 70 do século XX, Reguengos de Monsaraz volta a ter um período de expansão, consequência da criação da via férrea de apoio à agricultura e indústria, que conduziu à criação de um novo núcleo habitacional com a implementação conjunta de um sistema de transporte urbano entre Reguengos de Monsaraz e Évora.

Entre 1981 e 2011, as freguesias periféricas a Reguengos de Monsaraz sofreram uma evolução populacional negativa. Por sua vez, a cidade de Reguengos de Monsaraz, ao contrário da tendência apresentada pelo concelho, apenas registou um decréscimo da sua população durante a década de 60, correspondendo a um período de forte migração, fundamentalmente para a região de Lisboa e para fora do país.

No último decénio, o município perdeu 554 indivíduos, embora a freguesia de Reguengos de Monsaraz apresente valores de crescimento relativamente às restantes, houve uma notória desaceleração do seu ritmo de crescimento. Por seu lado, a freguesia de Campinho foi a que apresentou uma taxa de variação demográfica mais elevada (-22,8%), embora a taxa seja elevada para a freguesia de Monsaraz (-20%).

Importa destacar que, na manifestação de um claro êxodo rural, segundo os Censos 2011, cerca de 84,5% da população do concelho reside na freguesia de Reguengos de Monsaraz, indicando um aumento da população aqui residente.

Tendo em vista o alcance dos objetivos preconizados para a cidade de Reguengos de Monsaraz, a estratégia assenta na valorização e dignificação do espaço e ambiente urbano a partir da sua regeneração e particularmente na regeneração urbana, nomeadamente do espaço público. A sua execução efetiva, paralelamente com outros instrumentos da estratégia (modernização de serviços, revisão da forma de governo local/ governança a concretizar tendo como princípio orientador a subsidiariedade na gestão pública...) e com um plano de *marketing* territorial mais agressivo permite-nos ter uma visão positiva e audaz para Reguengos de Monsaraz, como por exemplo o desenvolvimento de atividades agrícolas sustentáveis em zonas desfavorecidas.

Segundo a ARU de 2014 para Reguengos de Monsaraz (ver Figura 1 – Anexo I – PARU_RM), alguns dos objetivos da autarquia passam por:

- Reter e captar população no concelho;
- Revitalizar o tecido económico;
- Valorizar o património construído, cultural e religioso;

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO (CONT.)

- Dignificar o espaço urbano;
- Potenciar a imagem de Reguengos de Monsaraz;
- Qualificar o ambiente e espaço urbano;
- Dinamizar o comércio e serviços locais, bem como a hotelaria e restauração em particular;
- Potenciar o desenvolvimento de um espaço inclusivo;
- Promover o território físico, histórico-cultural e patrimonial da cidade;
- Fomentar o desenvolvimento turístico;
- Aumentar a área de influência e centro gravítico de Reguengos de Monsaraz no contexto regional, especialmente em relação a Évora;
- Consolidar a centralidade de Reguengos de Monsaraz como sede administrativa, centro de serviços e espaço cultural e residencial de elevada qualidade e atratividade.

Nos últimos anos, a localização do concelho tem assumido um pólo de elevada importância e complementaridade de toda a área de influência do Grande Lago, constituindo-se, numa perspetiva estratégica, como a “porta” entre o mesmo e os eixos dos sistemas e subsistemas nos quais está inserido. Por outro lado, a sua localização numa região que virá a dispor de uma extraordinária concentração de grandes e complementares infraestruturas, que de forma direta ou indireta potenciarão a dinâmica logística, turística e urbana, irá proporcionar a qualificação dos centros subregionais, tornando Reguengos de Monsaraz o concelho liderante do Grande Lago, o principal objetivo de um sistema urbano integrado, como:

- Empreendimento dos múltiplos fins do Alqueva;
- Articulação com os principais eixos nacionais e internacionais, onde se estrutura o sistema e subsistema urbano, como:
 - Proximidade à área metropolitana de Lisboa (cerca de 160 Km);
 - Ligação à estrada IP2, o principal eixo do interior do país que une Faro a Bragança;
 - Proximidade ao eixo Sevilha – Huelva, bem como a todo o Sul e Sudeste de Espanha.

De acordo com os dados dos Censos 2011, no Alentejo Central, o concelho de Reguengos de Monsaraz é aquele que apresenta um menor número de alojamentos vagos (10,5%). Este item é da máxima relevância, uma vez que aponta para uma política de Ordenamento do Território correta, não havendo, de todo, uma construção massiva, espelhando-se deste modo uma atividade imobiliária sustentada. Da análise das freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz, a Freguesia de Corval é a que possui mais alojamentos vagos e maior contribuição tem para o peso do concelho (20,5%), por sua vez a freguesia do Campinho é a que possui menos alojamentos vagos (5,7%).

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO (CONT.)

Passando à caracterização da população, o concelho de Reguengos de Monsaraz tem registado uma tendência de decréscimo populacional nos últimos 20 anos, ainda que no último decénio essa tendência tenha desacelerado, contribuindo para alguma estabilização do seu volume demográfico.

No contexto do Alentejo Central, o concelho de Reguengos de Monsaraz regista 24,1% de população com mais de 65 anos, valor ligeiramente acima do concelho de Évora (19,7%), todavia abaixo de todos os restantes concelhos.

O índice de dependência de Jovens no concelho de Reguengos de Monsaraz é dos mais elevados do Alentejo Central, o que significa que da relação entre os jovens com idade inferior a 15 anos e a população dos 15 aos 64, apresenta ainda um peso elevado dos jovens relativamente ao grupo dos 15 aos 64 o que reflete uma tendência positiva no concelho quando comparado com os restantes concelhos da NUT III.

A taxa de desemprego apresenta valores muito semelhantes à taxa de desemprego nacional (cerca de 13%), havendo uma diferença de cerca de 2% entre a população masculina e a população feminina, na qual a feminina é a que apresenta um valor superior (2011).

Se consideradas a distribuição dos indivíduos pela sua situação face à atividade económica, as freguesias do Campinho (53%) e Monsaraz (51,8%) são as que apresentam maior peso de indivíduos sem atividade económica. Relativamente ao peso de reformados por freguesia as freguesias do Campo e Campinho possuem o maior número de indivíduos reformados (37%), muito acima do peso da freguesia de Reguengos de Monsaraz que se situa nos 24%.

Por sua vez o número de empregados por freguesia é inferior na freguesia do Campinho (28,1%) e superior na freguesia de Reguengos de Monsaraz (40,4%). Relativamente ao número de indivíduos à procura de emprego é a freguesia do Campinho a que apresenta maior expressão (6,6%). Já no que se refere à procura do primeiro emprego, a freguesia do Corval é a que possui maior peso no concelho, inversamente a freguesia que apresenta menos indivíduos à procura de emprego é a do Campo e, bem assim, como indivíduos à procura do primeiro emprego, facto justificado também por uma grande parte de população já se encontrar reformada.

O Concelho de Reguengos de Monsaraz tem uma rede de equipamentos sociais espalhada pelas freguesias do Concelho, sendo Monsaraz a única freguesia que não tem equipamentos próprios nesta área, embora beneficie das respostas existentes em outras freguesias.

Em suma, será fundamental para o Município de Reguengos de Monsaraz a dinamização de áreas chave relacionadas com uma mobilidade mais sustentável, regeneração urbana de áreas urbanas problemáticas e dinamismo social, contribuindo para um processo de aumento da atratividade do concelho e proporcionando uma quebra na queda da população residente.

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.2 ANÁLISE SWOT

PRINCIPAIS PONTOS FORTES

- Posicionamento geoestratégico da sub-região face à proximidade à AML e posicionamento no eixo Lisboa/ Madrid
- Proximidade da Cidade de Évora e Elvas, ambas Património da Humanidade
- Proximidade do Grande Lago "Alqueva"
- Existência de agroprodutos de qualidade e marcados por uma forte tradição local (pão, queijo, vinho, doçaria...)
- Existência de recursos turísticos e culturais (museus, igrejas, hotelaria, restauração...)
- Crescimento acentuado dos fluxos turísticos (*incoming*)
- Crescimento do número de alojamentos turísticos
- Importância do artesanato local (olaria, mantas...)
- Nomeação de Reguengos de Monsaraz como a Cidade Europeia do Vinho 2015
- Existência da CARMIM na região, a maior adega cooperativa do país, produtora de 30 milhões de litro de vinho/ ano
- Ganhos migratórios registados nos últimos anos na sede de concelho
- Aumento de emigrantes dos países de Leste e Lusófonos
- Tendência de criminalidade com baixo grau de violência
- Existência de um parque habitacional social
- Concelho integrado na Reserva Dark Sky Alqueva, primeira reserva certificada a nível mundial

PRINCIPAIS PONTOS FRACOS

- Falta de rede de transportes públicos eficaz no concelho e condicionada pelo calendário escolar
- Limitado mercado de arrendamento e com rendas elevadas
- Existência de construções "abarracadas"
- Carência ao nível das condições de habitabilidade de algumas famílias
- Existência de pedidos de apoio ao nível de obras de recuperação e melhoramento das condições de habitabilidade
- Ausência de equipamentos sociais na freguesia de Monsaraz
- Existência de população idosa com grande índice de dependência

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.2 ANÁLISE SWOT (CONT.)

PRINCIPAIS PONTOS FRACOS (CONT.)

- Incapacidade de resposta familiar/ falta de apoio familiar aos idosos
- Elevada percentagem de residentes empregados ou a estudar fora do Concelho
- Inexistência de incentivos com vista à fixação de jovens no Concelho
- Aumento do número de famílias que procuram apoio social
- Aumento do número de famílias que procuram habitação social
- Precariedade de vida de algumas famílias em termos económicos e habitacionais
- Espaços urbanos desvitalizados
- Falta de qualidade nas vias pedonais do concelho
- Existência de alguns espaços urbanos com necessidade de regeneração

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES

- Valorização do território (qualidade paisagística e ambiental) e das gentes
- Valorização do comércio local, potenciado pela existência de percursos pedonais na cidade
- Maior consciencialização dos cidadãos para as questões éticas e ambientais
- Capacidade de atração demográfica da sede do Concelho
- Otimização dos serviços prestados pelas instituições de natureza social
- Estabelecimento de parcerias com empresas de artesanato local (olaria, mantas...)
- Aproveitamento da existência de várias escolas no Concelho (música, educação física, natação aos alunos do jardim de infância do concelho, expressão plástica e apoio ao estudo)
- Diversidade de atividades, a título privado, para ocupação de tempos livres, tais como: dança, futebol, basquetebol, equitação, artes marciais, pólo aquático;
- Expansão e revitalização de culturas e produtos tradicionais (olival, vinha, searas...), bem como o aproveitamento de recursos turísticos (agroturismo, ecoturismo, enoturismo, turismo rural, turismo de aldeia)
- Diversidade de recursos naturais e culturais (tangíveis e intangíveis)
- Oportunidades económicas geradas pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA)

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.2 ANÁLISE SWOT (CONT.)

PRINCIPAIS AMEAÇAS

- Maior dependência face ao transporte rodoviário, o que poderá criar problemas ao nível do ordenamento do território
- Persistência da concentração de população nos núcleos mais urbanos, em particular na sede de concelho
- Aumento da tendência crescente de estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária (envelhecimento da população)
- Aumento da procura de serviços à terceira idade, sobretudo para os mais idosos e dependentes potenciando o isolamento pessoal e social
- Insuficiência de rendimentos face à dimensão da família e dos encargos
- Crescimento das carências a nível social face aos técnicos actualmente existentes para tratamento deste tipo de temas

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.3 DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A análise de diagnóstico da situação atual do território do município de Reguengos de Monsaraz proporcionou a identificação dos desafios mais relevantes no atual contexto municipal. Estes prendem-se essencialmente com as temáticas da Mobilidade Urbana Sustentável, da Regeneração Urbana do território, e das Comunidades Desfavorecidas.

Neste contexto, torna-se prioritário o reforço das vias pedonais e cicláveis em torno da cidade, das vias pedonais nos centros urbanos e rurais e dos parques de estacionamento junto a comércio e serviços, o que permite fortalecer a coesão social e territorial. Embora o desafio dos índices de emissões de gases poluentes para a atmosfera apresentados no concelho de Reguengos de Monsaraz não seja acentuado, são identificados constrangimentos de circulação pedonal e rodoviária nas freguesias rurais da periferia da cidade e no centro urbano da cidade de Reguengos de Monsaraz, como por exemplo a existência de passeios degradados de meio metro em estradas com dois sentidos.

Com o objetivo de reforçar a política de acessibilidade que tem vindo a desenvolver, alterando mentalidades, educando os cidadãos e, conseqüentemente, abrindo caminho a uma nova perspetiva do espaço urbano público e privado, enquanto espaço integrador à escala local, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pretende apoiar a incubação e o sustento de microempresas, reabilitando espaços para o desenvolvimento destas.

As vastas dinâmicas urbanas e rurais de apoio às comunidades desfavorecidas visam o destaque do município como uma referência da qualidade de vida e na preocupação do município para como o munícipe. Com este objetivo, a Câmara Municipal pretende investir na regeneração urbana de zonas degradadas e de propriedades do Município com vista ao (re)alojamento de famílias desfavorecidas. Neste âmbito, o investimento nestas zonas é crucial, através de ações de caráter físico e social, como por exemplo a dotação e melhores condições de habitação e a promoção de atividades de integração socioeconómica dos seus habitantes.

Desta forma, os fatores críticos de sucesso identificados assumirão um importante papel para ultrapassar os desafios mencionados, potenciando o alcance dos objetivos propostos para Reguengos de Monsaraz no âmbito das temáticas acima descritas e impulsionando o presente plano para o sucesso. Os fatores críticos de sucesso são, designadamente:

- Regeneração urbana do edificado e espaço urbano;
- Aproximação das zonas periféricas ao centro urbano;
- Aproximação das freguesias rurais à cidade;
- Aumento do tamanho das vias pedonal, proporcionando uma redução do tráfego local;
- Regeneração urbana do comércio central e tradicional em crise;
- Apoio ao desenvolvimento de microempresas locais, proporcionando o desenvolvimento regional e cultural do concelho de Reguengos de Monsaraz;
- Promoção da equidade e igualdade de oportunidades às várias comunidades locais.

4. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Nos últimos anos, tem-se vindo a verificar uma crescente tomada de consciência ao nível do contributo da regeneração urbana de zonas degradadas, da disponibilização de apoios sociais diversificados e de acessibilidade ao desenvolvimento e à qualidade de vida. A sustentabilidade social e económica tem crescido com o apoio de fundos comunitários regionais, nacionais e europeus e com a vontade da população do município de Reguengos de Monsaraz, o que propicia também a implementação de estratégias locais para revitalização do comércio existente.

Os diferentes objetivos estratégicos definidos para o concelho de Reguengos de Monsaraz são suportados por pontos fortes e oportunidades identificadas no contexto da Região do Alentejo Central (NUTS II), os quais permitem uma melhoria contínua da qualidade de vida da população, a revitalização do comércio e a distinção contínua pela agricultura e produtos regionais e artesanais:

- Posicionamento geográfico da sub-região no centro do Alentejo, na vizinha da Área Metropolitana de Lisboa e atravessada pelo eixo Lisboa – Madrid;
- Existência de pólos de investigação e desenvolvimento nos domínios das tecnologias de informação e comunicação, ambiente, biotecnologias, saúde, ciências do património artístico e cultural, ciências sociais e empresariais e estruturas de apoio à atividade económica;
- Existência de pólos de formação e qualificação avançada no território e aumento da quantidade de alunos em cursos profissionais, face a uma maior oferta formativa regional;
- Conjunto de amenidades territoriais e urbanas, potencial de atração de novos residentes;
- Elevados padrões de qualidade ambiental em espaço rural e urbano e existência de património natural e edificado de relevância e razoavelmente cuidado e protegido;
- Potencial de consolidação das fileiras agrícola, agroalimentar, do turismo e das energias renováveis;
- Crescente valorização dos elementos da identidade cultural associada à região e nível de notoriedade da sub-região no exterior, passível de ser capitalizada em termos da atração de migrantes empreendedores;
- Alteração da perceção sobre a ruralidade no sentido de maior valorização dos modos de produção associados, qualidade de vida e qualidade ambiental propícia à atratividade populacional;
- Alteração do padrão de ocupação do espaço rural, nomeadamente pelo efeito da ampliação das áreas de regadio;
- Inversão dos baixos níveis de qualificação escolar e profissional e integração dos ativos diplomados;
- Alteração do paradigma de investimento agora mais alicerçado na cooperação entre agentes e na definição de objetivos comuns para o desenvolvimento e coesão social.

Embora com um planeamento específico delineado, o Plano Estratégico assenta em dois eixos prioritários, englobando as Prioridades de Investimento enunciadas no aviso EIDT-99-2015-03 (4.5, 6.5 e 9.8):

4. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

- Desenvolvimento urbano sustentável;
- Coesão social e inserção.

O eixo do desenvolvimento urbano sustentável visa apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os setores, preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos e promover a inclusão social e o combate à pobreza e à discriminação. O eixo de coesão social e inserção está relacionado com o tema da inclusão social e do emprego, onde são acionadas políticas de inovação e experimentação social que propiciem a dinamização de estratégias de inclusão social.

A Prioridade de Investimento 4.5 diz respeito à Mobilidade Urbana Sustentável, na qual se prevê a promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. Neste contexto, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pretende apostar na construção de vias pedonais e cicláveis, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas, e na melhoria da rede interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território. A cidade de Reguengos de Monsaraz, apesar de recente, apresenta graves problemas ao nível da circulação pedonal e rodoviária e de estacionamento em zonas de serviços públicos e privados, refletindo problemas semelhantes noutras localidades do concelho, como é o caso de São Pedro do Corval. Com esta aposta, os cidadãos do concelho de Reguengos de Monsaraz poderão usufruir de uma melhor qualidade de vida, através da redução de emissões de carbono para a atmosfera e da aproximação dos diferentes tipos serviços.

A Prioridade de Investimento 6.5 diz respeito à Regeneração Urbana, na qual se prevê a adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído. Neste contexto, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pretende apostar na regeneração urbana da Praça da Liberdade e do Largo da República e na regeneração urbana de um edifício para disponibilizar o devido apoio a microempresas e na regeneração urbana, na cidade de Reguengos de Monsaraz, na regeneração urbana do Largo da Escola e de edifícios propriedade do município dispersos pelo concelho (primeira parte do projeto “Realojar para integrar”), na regeneração urbana do Centro Histórico de São Marcos do Campo e na regeneração urbana do Centro Histórico de São Pedro do Corval (Freguesia de Corval). O concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta um conjunto de freguesias rurais históricas com fortes traços de degradação, o que também é manifesto no centro da cidade. Apostando em medidas de regeneração urbana e de espaços devolutos e de apoio a microempresas, os munícipes poderão usufruir de um comércio revitalizado e de uma melhor qualidade de vida, proporcionando uma melhoria contínua do bem-estar socioeconómico.

4. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

A Prioridade de Investimento 9.8 diz respeito a Comunidades Desfavorecidas, na qual se prevê a concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. Neste contexto, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pretende apostar em três projetos de cariz socioeconómico:

- Sementes para integração;
- Apoio residencial/ social temporário;
- Realojar para integrar (segunda parte).

Revitalizando um bairro social, no qual se pretende desenvolver atividades soiocomunitárias dirigidas aos moradores e reabilitando um prédio para criação de apoio social/ residencial temporário, o concelho de Reguengos de Monsaraz pretende distinguir-se como um concelho que propicia um bem-estar socioeconómico superior no quadro da Região do Alentejo Central, para que os munícipes orgulho e prazer gosto por viver na cidade de Reguengos de Monsaraz.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano reforça, portanto, a visão estratégica de longo prazo, e apresenta um modelo de desenvolvimento face à atual situação económico-social do município de Reguengos de Monsaraz. Neste sentido, este plano tem como base uma análise ao ambiente interno e externo do município, e reflete, direta ou indiretamente, as vertentes de crescimento definidas pela estratégia Europa 2020 e Portugal 2020:

- Inteligente, desenvolvendo uma economia baseada colaboração entre agentes dinamizadores;
- Sustentável, promovendo uma economia mais eficiente, mais ecológica e mais competitiva;
- Inclusivo, fomentando e assegurando a coesão social e territorial.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO A MOBILIZAR

O plano apresentado contextualiza dois Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, os quais mobilizam quatro Prioridades de Investimento caracterizadas distintamente, sendo eles o i) Desenvolvimento Urbano Sustentável (Eixo Prioritário 4) e a ii) Coesão Social e Inserção (Eixo Prioritário 6).

O eixo do Desenvolvimento Urbano Sustentável engloba três Objetivos Temáticos (OT) da Região: i) OT 4, ii) OT 6 e OT 9. O OT 4 visa apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os setores, o OT 6 visa preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos e o OT 9 visa promover a inclusão social e o combate à pobreza e à discriminação. O Eixo está alinhado com os Objectivos Estratégicos Europa 2020 no âmbito do clima/ energia e com o Domínio Temático do Portugal 2020 relacionado com a sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos, destinando-se à criação e promoção de estratégias de desenvolvimento urbano numa vertente de integração de planos de mobilidade urbana multimodal sustentável, de planos de regeneração e revitalização urbana e de planos de apoio às comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, inscritas nas Prioridades de Investimento (PI) 4.5, 6.5 e 9.8, respetivamente.

A PI 4.5 visa mobilizar a promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente zonas urbanas, englobando a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. Neste sentido, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pretende assim i) construir vias pedonais e cicláveis, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas; e ii) melhorar a rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção à qualidade do serviço prestado, às suas acessibilidades para peões e bicicletas, à sua organização funcional e à sua inserção urbana no território.

A PI 6.5 visa adotar medidas destinadas à melhoria do ambiente urbano, à revitalização das cidades, à recuperação e à descontaminação de zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, à redução da poluição do ar e à promoção de medidas de redução de ruído. Neste sentido, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pretende assim i) proceder à regeneração urbana de espaços públicos, como a Praça da Liberdade, o Largo da República, os Centros Históricos de São Marcos do Campo, com intervenção na Sociedade Harmonia Sanmarquense, e de São Pedro do Corval; ii) regeneração urbana de um edifício para apoio a microempresas; iii) Demolir e regenerar o Largo da Escola, onde residem três agregados familiares; iv) Eliminar um pequeno núcleo de construção precária, junto à Linha da CP, onde residem dois agregados familiares; v) Regenerar prédios urbanos propriedade do Município, para realojamento das famílias desalojadas e para criação de bolsa de habitação social.

A PI 9.8 visa apoiar a regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. Neste sentido, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pretende assim:

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO A MOBILIZAR (CONT.)

- Regenerar os fogos de habitação social propriedade do Município em São Pedro do Corval;
- Desenvolver atividades de caráter imaterial dirigidas à população residente no bairro, que visem o desenvolvimento social e comunitário, através da ocupação de tempos livres de crianças e jovens, que, embora não esteja suscetível de financiamento neste PEDU, estão previstas no âmbito da ITI e da DLBC;
- Regenerar um prédio urbano municipal para criação de apoio residencial/ social temporário;
- Regeneração urbana de habitações propriedade do município, dispersos pelo concelho, com o fim de realojamento de famílias desalojadas, em consequência da demolição e regeneração urbana do Largo da Escola e da eliminação do núcleo de construção precária, e para criação de uma bolsa de habitação social.

O eixo da Coesão Social e Inserção dinamiza o OT 9 da Região, estando relacionado com o tema da inclusão social e do emprego, onde são acionadas políticas de inovação e experimentação social que propiciem a dinamização de estratégias de inclusão social (inscrita na PI 9.1).

A PI 9.1 visa a inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa, assim como a melhoria da empregabilidade.

É de ressaltar que a PI 9.8, cujas intervenções são apenas de caráter físico, tem como particularidade a articulação com a PI 9.1, uma vez que a dinâmica incorpora ações de caráter social (imaterial). Esta última não está contemplada no plano de financiamento do PEDU, servindo apenas como elemento complementar e estrategicamente posicionado numa vertente de reforço às intervenções de regeneração de edifícios em torno das comunidades desfavorecidas do território.

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

5.2.1 DIAGNÓSTICO

Nos últimos anos, têm-se desenvolvido em Portugal processos de urbanização com estratégias e resultados muito díspares, entre níveis de crescimento notórios e movimentos de regressão. Na região do Alentejo Central (NUTS II), o concelho de Reguengos de Monsaraz tem demonstrado uma grande evolução nestes processos, com várias melhorias em termos de promoção da qualidade do espaço público, qualidade de vida e progressiva consciencialização da população da importância do espaço público/ privado para o aumento da atratividade territorial da cidade. Embora manifestada a tendência positiva, existem também alguns constrangimentos nas suas infraestruturas rodoviárias e pedonais, tornando importante a coesão e a coerência do conceito alargado de urbanização e dos fatores determinantes da qualidade de vida da população, entre os quais a mobilidade urbana.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.1 DIAGNÓSTICO (CONT.)

Contudo, há questões negativamente impactantes na qualidade de vida e no bem-estar da população, destacando-se as emissões de gases poluentes para a atmosfera, onde o concelho de Reguengos de Monsaraz registou, em 2009, cerca de 66 toneladas/ Km² de emissões de dióxido de carbono, 494 kg/ Km² de óxidos nítricos, 614 kg/ Km² de amoníaco, 22 kg/ Km² de óxidos sulfúricos, 234 kg/ Km² de nitrato de oxigénio e 3 129 toneladas/ Km² de compostos orgânicos voláteis não metânicos no terreno, cujos valores poderão ser reduzidos de forma a que o concelho se destaque no distrito de Évora e em Portugal pela positiva. (Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, 2009)

A taxa de motorização é um indicador bastante relevante, tanto do ponto de vista das emissões de carbono no centro da cidade, como das zonas com tráfego condicionado, fator diretamente relacionado com a mobilidade urbana. Reguengos de Monsaraz destaca-se dos restantes concelhos periféricos de Évora pela elevada taxa de motorização, embora apresente apenas 4.8 veículos novos por cada 1.000 habitantes em 2009.

De facto, o aumento da taxa referida e da quantidade média de viagens realizadas por habitante e por dia, nomeadamente para efetuar os trajetos Reguengos de Monsaraz – Évora – Reguengos de Monsaraz e Reguengos de Monsaraz – freguesias rurais – Reguengos de Monsaraz, a par com baixos índices de utilização de transportes públicos, tem conduzido a uma grande pressão nas infraestruturas existentes, à acumulação excessiva de veículos em parques de estacionamento sem condições e a um aumento do tráfego no centro da cidade em horas úteis.

Uma vez que o contexto desta região, e em particular deste concelho, é marcado pelo uso crescente do transporte rodoviário próprio e onde se evidencia uma falta de articulação dos sistemas de transportes, torna-se pertinente o estímulo a uma visão integrada da mobilidade, encontrando soluções inovadoras que vão ao encontro das necessidades dos utentes e promovam a eficiência energética, abordagem que pesará em planos de mobilidade sustentável.

Embora o concelho de Reguengos de Monsaraz apresente uma baixa densidade populacional, é necessário criar mecanismos de coordenação de diferentes meios de transporte, nomeadamente a criação de vias pedonais, cicláveis e rodoviárias de sentido único, encaminhando esta perspetiva numa lógica de rede urbana, estendendo-se às diferentes áreas rurais, de forma a aproximar os municípios e os serviços públicos e privados.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.1 DIAGNÓSTICO (CONT.)

O espaço urbano da zona central da cidade encontra-se numa fase avançada de regeneração urbana, mas continua com graves problemas ao nível da circulação pedonal. Tendo em conta os principais eixos afetos aos serviços, comércio, estabelecimentos de ensino, lares, unidades de saúde (Centro de Saúde e clínicas médicas privadas) e zonas industriais são os responsáveis pelos circuitos pedonais mais importantes dos utentes e que também correspondem aos principais empregadores, torna-se urgente o investimento em vias próprias para este objetivo e na regeneração urbana dos passeios existentes. Como consequência deste ato, e porque a maioria dos locais supracitados permitem a deslocação rodoviária até aos mesmos, é necessário proceder à reorganização dos sentidos de circulação rodoviária e, em muitos casos, a supressão de alguns dos sentidos, tornando algumas destas vias ciclopedonáveis.

Nos últimos anos, fruto do desenvolvimento turístico fluvial, pela proximidade ao Grande Lago Alqueva, o concelho de Reguengos de Monsaraz ganhou algumas Aldeias Ribeirinhas nas suas freguesias rurais, as quais apresentam considerável afluência por constituírem pontos de passagem para os regolfos da Barragem de Alqueva. Neste contexto, e porque apresentam vias pedonais em mau estado de conservação, o município considera que deva ser um ponto de intervenção, com o objetivo de facilitar a mobilidade urbana sustentável para os munícipes e para os seus visitantes.

Em suma, os principais constrangimentos identificados são os seguintes:

- Pedonal:
 - Dificil implementação de medidas mais decisivas de redução do transporte individual face ao modo pedonal, devido à pequena largura das ruas e à existência de maior parte das ruas com dois sentidos de trânsito;
 - Inércia tradicional para as deslocações a pé nos percursos longos e curtos dentro da cidade;
- Vias pedonais e cicláveis:
 - Canal ciclável encontra-se incompleto, não estando segregado ou sinalizado;
 - Interseções com a rede viária não estão concretizadas e o pavimento não permite a sua correta utilização enquanto modo regular de transporte;
 - Rede não planeada de forma segregada relativamente ao modo pedonal, causando constrangimentos em relação ao modo correto de funcionamento;
- Rodoviária:
 - Anel circular exterior constitui um estrangulamento funcional da rede, visto estar incompleto;
- Transportes públicos:
 - Inexistência de carreiras urbanas;
 - Baixa frequência das carreiras entre a cidade de Reguengos de Monsaraz e os aglomerados rurais.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Um grande objetivo da promoção da mobilidade urbana sustentável é facilitar o movimento dos cidadãos trabalhadores, visitantes e de mercadorias dentro dos locais de estudo, propiciando o desenvolvimento económico, social, habitacional, cultural e ambiental, de uma forma sustentável.

A mobilidade pode ser definida como a capacidade individual de deslocação em função das necessidades e do interesse em viajar dos indivíduos. Os meios de transporte disponíveis e a acessibilidade proporcionada pelo sistema de transportes influenciam a mobilidade, bem como as características individuais e o contexto familiar dos indivíduos. Contudo, a mobilidade não se resume ao sistema de transportes, tratando-se, neste contexto, de um conceito muito mais complexo, pois estão em causa matérias tão diversificadas como serviços, ambiente, turismo, património, demografia, desenvolvimento económico ou educação.

A maioria das políticas de planeamento rodoviário e de transporte implementadas ao longo de décadas promoveram, essencialmente, a utilização do automóvel em detrimento das necessidades dos peões e ciclistas. Daí a importância de serem criadas orientações estratégicas sobre a promoção da mobilidade sustentável, que estão patentes em documentos oriundos da Comissão Europeia e do Governo Português, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o respetivo Plano de Implementação, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética.

Num contexto marcado pelo uso crescente do transporte automóvel individual e onde se evidencia uma falta de articulação dos sistemas de transportes, torna-se pertinente o estímulo a uma visão integrada da mobilidade, encontrando soluções inovadoras que vão ao encontro das necessidades dos utentes e promovam a eficiência energética e ambiental. Por outro lado, estabelece-se ainda orientações para aposta na efetivação de vias pedonais e cicláveis, no seguimento de experiências já concretizadas com as ecopistas, devendo encaminhar-se para uma lógica de rede e estender-se o mais possível às áreas urbanas, de forma a potenciar estes modos de transporte no quadro das deslocações urbanas e de curta distância.

No documento de Revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Reguengos de Monsaraz, vêm refletidas as novas preocupações com a definição de modelos/ padrões de sustentabilidade, com o objetivo de assegurar condições de qualidade de vida para o futuro, que pressupõe uma estratégia integrada entre os subsistemas económico, sociocultural e ambiental, integrando o sistema territorial urbano. Por outro lado, para o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central (PAMUS-AC), foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Promover o conhecimento da situação de oferta e das necessidades de mobilidade das populações do Alentejo Central;
- Promover a integração entre o planeamento urbano e o planeamento dos transportes e acessibilidades;

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA (CONT.)

- Promover o dimensionamento adequado da rede de transportes públicos, incluindo os transportes escolares (desde o ensino pré-primário até ao Superior);
- Promover a melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens;
- Promover a utilização racional do transporte particular;
- Promover a intermodalidade, com especial enfoque nos operadores dos diferentes meios de transportes;
- Reduzir a poluição atmosférica, o ruído, as emissões de gases com efeito de estufa e o consumo de energia, garantindo assim a redução do impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis;
- Garantir a implementação de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo;
- Promover uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes;
- Promover a participação pública em todos os processos (quer seja através da divulgação, do acesso a documentos ou de fóruns).

Em conformidade com as orientações da União Europeia e nacionais e considerando ainda a legislação portuguesa ao nível das condições de acessibilidades, o Município de Reguengos de Monsaraz pretende assentar a sua estratégia na promoção de padrões de mobilidade sustentável, sobretudo na cidade de Reguengos de Monsaraz, onde se verifica o maior tráfego automóvel, em articulação com uma política de regeneração urbana dos espaços de utilização coletiva e de melhor gestão dos espaços públicos e da circulação automóvel, com vista a promover a melhoria geral da mobilidade e acessibilidades dos cidadãos e a aumentar a qualidade de vida dos mesmos.

O incentivo à prática de andar a pé ou de bicicleta na cidade de Reguengos de Monsaraz passa, necessariamente, pela criação de uma rede pedonal/ciclável com um itinerário contíguo, que interligue zonas residenciais e equipamentos coletivos, nomeadamente as escolas, Centro de Saúde, comércio, indústria e serviços, que permita a deslocação urbana associada à mobilidade quotidiana, bem como pela regeneração urbana dos espaços públicos, nomeadamente os de circulação pedonal, e pela criação de estacionamento na extremidade do centro urbano. Uma boa gestão do estacionamento é também fundamental para contribuir para uma utilização racional do veículo privado a favor de uma mobilidade mais sustentável.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA (CONT.)

Uma das preocupações do Município de Reguengos de Monsaraz é proporcionar a acessibilidade para todos, sendo este um conceito que tem como objetivo garantir e assegurar os direitos de acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional. Do conjunto das pessoas com necessidades especiais fazem parte pessoas com mobilidade temporária ou permanentemente condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.

No âmbito da estratégia definida, neste contexto, pelo Município, foi assim traçado um grande objetivo geral: Melhorar a mobilidade e acessibilidades na cidade de Reguengos de Monsaraz, promovendo a utilização dos modos suaves (pedonal e bicicleta) em detrimento do transporte individual.

A nossa cidade foi essencialmente planeada na perspetiva do transporte motorizado individual, existindo uma grande preocupação com a qualidade e capacidade dos grandes acessos em estrada que possam ligar grandes aglomerados urbanos em pouco tempo, o que não deixa de ser positivo. Mas foi deixada para segundo plano a mobilidade a pé, ou seja aquela que pode ser feita numa curta distância para alcançar o trabalho ou as atividades urbanas mais comuns. Do diagnóstico efetuado, verifica-se que os passeios não são, muitas vezes, atrativos para o peão, nem acessíveis a todos, sobretudo às pessoas com mobilidade condicionada. Não existe mobiliário urbano de qualidade e sinalização adequada e a paisagem não é harmoniosa e convidativa ao passeio. Ao permitir uma melhor mobilidade e acessibilidade, pretende-se a diminuição do uso do veículo, de forma a contribuir para a redução do impacto negativo dos transportes, para aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e melhorar a imagem, a atratividade e a competitividade do território municipal.

Para alcançar tal desiderato, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Criar condições que garantam a acessibilidade a pé para todos os cidadãos, nomeadamente, pessoas com mobilidade reduzida;
- Criar condições para a circulação a pé e de bicicleta que garantam a ligação entre zonas residenciais e o centro urbano, os principais pólos passíveis de gerar deslocações a pé e de bicicleta (equipamentos coletivos, como as escolas, pólos de emprego, serviços públicos ou comércio) e as interfaces de transporte;

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA (CONT.)

- Assegurar a coerência entre as políticas municipais de ordenamento do território e urbanismo e as políticas de mobilidade, promovendo a regeneração urbana do espaço público (passeios, mobiliário urbano, iluminação...) tendo em vista a sua utilização pelos peões, tendo como princípios base a segurança, comodidade e a atratividade;
- Garantir um melhor ambiente urbano, através da redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia;
- Aumentar a qualidade de vida dos cidadãos;
- Preservar o património imobiliário;
- Dinamizar os espaços verdes urbanos, comércio e serviços;
- Manter a população residente no centro urbano;
- Proporcionar a captação de nova população residente;
- Fomentar o desenvolvimento turístico;
- Promover a inclusão social;
- Proporcionar mais estacionamento, nas imediações dos transportes coletivos e com interligação às redes pedonais/cicláveis;
- Promover a utilização de parques de estacionamento em locais mais periféricos;
- Melhorar a imagem, a atratividade e a competitividade do território municipal, de forma a contribuir para a estratégia de desenvolvimento sustentável do Município.

Numa perspetiva integrada, verifica-se que os objetivos definidos na presente estratégia encontram-se alinhados com os estabelecidos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alentejo Central designadamente no Eixo C (Qualificação e Valorização do Território e Utilização Sustentável de Recursos), enquadrado no Domínio Estratégico Organização e Qualificação do Território assente na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), o qual assume um pilar estratégico no âmbito da EIDT, envolvendo tipologias de intervenção de elevada importância para o desenvolvimento urbano sustentável, como a mobilidade urbana sustentável.

Neste sentido, vemos a estratégia de mobilidade urbana para o Concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivos objetivos delineados implícitos nos Planos definidos para a Região Alentejo, concorrendo para os indicadores e metas estabelecidos no atual quadro de programação.

Com a identificação dos contrangimentos salientes na secção anterior, conclui-se que as intervenções de promoção da mobilidade urbana sustentável no Município de Reguengos de Monsaraz dividem-se em três propostas, designadamente:

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA (CONT.)

- Via pedonal e ciclável da cidade de Reguengos de Monsaraz, desviando cerca de 160 veículos do centro urbano;
- Parque de estacionamento do Rossio, em Reguengos de Monsaraz, com uma envolvente de outros três parques de estacionamento já reabilitados, o que permite desviar cerca de 140 veículos do centro urbano, no total;
- Melhoria da mobilidade urbana e segurança rodoviária em Reguengos de Monsaraz:
 - Zona envolvente à Escola Secundária Conde de Monsaraz;
 - Regeneração urbana e modernização de vias pedonais na cidade de Reguengos de Monsaraz e em São Pedro do Corval.

A primeira intervenção proposta no presente Plano de Mobilidade Urbano Sustentável será nos principais eixos afetos aos serviços, comércio, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, lares e zonas industriais, nos quais importa prever um conjunto de espaços-canal para peões e um espaço canal ciclável, adiante designado por via pedonal e ciclável. Esta é traçada no eixo estruturante que liga o centro da cidade (Câmara Municipal, Posto de CTT, entidades bancárias, seguradoras, farmácias e comércio) às zonas residenciais e estas a outros serviços, como estabelecimentos de ensino, Centro de Saúde, autoridade tributária, zona industrial e centro de transportes. Paralelamente a esta intervenção, propõe-se a constituição de um outro espaço-canal paralelo à via pedonal e ciclável para exclusiva utilização pedonal, de forma a que os circuitos pedonal e ciclável possam ocorrer num mesmo intervalo de tempo e em segurança total. Desta forma, pretende-se estimular os habitantes a viver a idade sem a utilização do automóvel nos movimentos diários casa – trabalho – casa, bem como desenhar uma cidade com uma escala próxima dos seus habitantes, apelativa e com uma linguagem urbana coerente, que convida à fruição pedonal pela permeabilidade que a caracterizará. A via pedonal e ciclável deverá ter uma extensão de 2 885 metros, perfazendo uma área total de intervenção de 9.854,14 m² e assume dois eixos estruturantes: i) eixo Nascente Poente e ii) eixo Sul. O eixo Nascente Poente tem início no antigo caminho-de-ferro, Rotunda 25 de Abril, sendo que depois atravessa toda a Avenida António José de Almeida, passando depois pelas duas praças da Cidade: i) Praça da Liberdade e ii) Praça de Santo António. Segue depois pela zona mais antiga, para alcançar o eixo que liga à Escola Secundária Conde de Monsaraz e à EB1 de Reguengos, permitindo o acesso a um conjunto de serviços, nomeadamente o serviço de finanças de Reguengos, o tribunal e a Câmara Municipal, bem como os CTT. Permite igualmente o acesso à Rua do Comércio e a toda a zona comercial da Cidade. Neste eixo foram recentemente requalificados um conjunto de espaços verdes urbanos, nomeadamente o Parque da Cidade, o Mercado Municipal e a Biblioteca Municipal.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA (CONT.)

Adicionalmente, está previsto regenerar no âmbito da implementação da via pedonal e ciclável a Praça da Liberdade, a envolvente à Escola Secundária Conde de Monsaraz, a envolvente à EB1 de Reguengos e todo o espaço canal desenhado pelas linhas de água Ribeira do Monreal e Ribeiro Pelado, que integra a estrutura ecológica primária da cidade. O eixo Sul liga a Praça de Santo António ao Parque de Feiras e Exposições, que reúne, não só o carácter empresarial mas também lúdico.

A via pedonal e ciclável promove a reestruturação do trânsito automóvel dentro da cidade através do fecho de duas artérias e da passagem do trânsito automóvel de dois sentidos para apenas um sentido, aumentando assim o ambiente urbano através da redução de emissão de poluentes e da redução do ruído. É notório que o pavimento proposto para a via pedonal e ciclável é em betuminoso e calçada de granito, sendo que nas zonas históricas o pavimento é exclusivamente em calçada.

A segunda intervenção proposta será no parque de estacionamento do Rossio, na cidade de Reguengos de Monsaraz, com o objetivo de regenerar uma zona de estacionamento com mais de 40 anos, de modo a permitir à população e aos seus visitantes uma bolsa de estacionamento para 42 veículos, mais 24 lugares do que os existentes, com 3 lugares para mobilidade condicionada. Os materiais utilizados trarão ao local materiais seculares e bastante utilizados pelo país fora, no Alentejo em particular, a calçada de granito em cubo de 10 e 5 centímetros para os passeios, com zonas de ensombramento arbóreas existentes a reintroduzir. O parque de estacionamento do Rossio integra a segunda fase de um plano de revitalização do atual Campo 25 de Abril, que se iniciou com a regeneração urbana do jardim público, hoje denominado Parque da Cidade, com cerca de 2 hectares, o qual completa o ponto de apoio e ligação à estação rodoviária da cidade, assim como ao edifício do serviço de finanças e ao tribunal. Uma vez que esta proposta está interligada com a primeira, na medida em que servirá de bolsa de estacionamento para o Mercado Municipal, por onde passará a via pedonal e ciclável proposta, é uma mais-valia para a população e para a sustentabilidade do concelho.

A terceira e última proposta deste plano refere diferentes zonas da cidade de Reguengos de Monsaraz. Na zona envolvente à Escola Secundária Conde de Monsaraz, pretende-se a(o):

- Valorização do espaço envolvente ao Chafariz, atribuindo-lhe um enquadramento de destaque e alargamento do passeio, com uma faixa de separação de trânsito respetiva, criando uma zona de contemplação e descanso;
- Separação física de ambos com ligação entre o estacionamento e a Rua João de Deus e criação de faixa de separação entre o estacionamento e a zona principal de acesso pedonal à escola, dotando o local de bancos integrados no jogo de pavimentos que alterna entre diferentes materialidades, criando ritmos e dinâmicas distintos;

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

5.2.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA (CONT.)

- Valorização do espaço envolvente à escola, atribuindo-lhe um enquadramento de destaque, criando um pavimento distinto na entrada do estabelecimento para marcar a zona de receção, um estacionamento de bicicletas e uma rampa de acesso para pessoas com mobilidade condicionada, um canteiro na zona mais a Norte, de forma a integrar vegetação de porte arbustivo, e um passeio com materiais alternados, criando ritmos num espaço canal de grande fluência;
- Valorização e ordenamento da envolvente à saída de serviço, visando a concentração de recolha de resíduos sólidos urbanos e reciclados, junto à saída de serviço, e enfatizar a paragem de autocarro público, aumentando a sua dimensão e criando uma envolvente adequada à escala da elevada quantidade de jovens que utilizam a mesma;
- Alargamento do passeio e transição dos dois sentidos de trânsito para um único na Rua Dr. António Vaz Natário, de forma a melhorar a segurança rodoviária dos alunos, propondo-se também a execução do troço da via pedonal e ciclável com início na EB1 e *terminus* no cruzamento da Rua D. Dores Leal com a Rua Dr. António Vaz Natário, sendo que a envolvente à Quinta Nova (Ribeiro do Pelado) integra zonas verdes.

No que respeita o último ponto da proposta, de forma a ligar as diferentes zonas da cidade, propõe-se a regeneração urbana de um conjunto de passeios que atualmente não são a resposta desejada a uma confortável circulação pedonal, para que se promova a circulação pedonal numa dinâmica social ordenada e coerente. Estas vias pedonais darão uma resposta adequada em termos da dimensão propriamente dita dos passeios, permitindo a circulação confortável nos mesmos, que serão livres de qualquer obstáculo. Em termos de material, propõe-se a utilização do granito, pois é a materialidade característica da região. Paralelamente, propõe-se a regeneração urbana dos passeios da via que faz a ligação do centro da cidade ao Centro de Saúde. De todos os estabelecimentos de ensino, faltava integrar a EB2 de Reguengos, pelo que se propõe a regeneração urbana dos passeios da Rua de São Marcos do Campo na sua totalidade, que garantem precisamente a ligação da EB2 à via pedonal e ciclável (eixo Nascente Poente). A extensão dos passeios que se propõe regenerar são 1.080 m, perfazendo uma área total de intervenção de 2.539 m² numa perspetiva de mobilidade sustentável. A regeneração urbana das vias pedonais promoveu a reestruturação do trânsito automóvel dentro da cidade através do fecho de duas artérias e da passagem do trânsito automóvel de dois sentidos para apenas um sentido, aumentando assim o ambiente urbano através da redução de emissão de poluentes e da redução do ruído.

A proteção do peão a partir do conceito de rua pedonal aponta diretamente para a moderação do tráfego. Se por um lado favorece a substituição de viagens motorizadas por viagens a pé, por outro tende a reduzir a velocidades dos veículos, já que a segurança e a comodidade das vias e cruzamentos que constituem os itinerários pedonais assim o exigem.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA (CONT.)

Em suma, as intervenções mencionadas visam a articulação entre as diferentes plataformas de deslocação e os diferentes modos de transporte, visando a implementação de um sistema integrado de mobilidade de uma forma racional que permita diminuir o uso do transporte individual e, simultaneamente, garantir a adequada mobilidade das populações, promover a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental. Neste sentido, com uma libertação de gases poluentes para a atmosfera de cerca de 1.452.155 toneladas de CO² em toda a zona coberta pelo Programa Operacional do Alentejo, o Município de Reguengos de Monsaraz visa a redução das suas 66 toneladas de CO² em 20% em todo o concelho com a implementação da estratégia proposta, no pressuposto que o Plano de Mobilidade Urbana a ser elaborado pela CIMAC tem no mínimo este objetivo.

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alentejo Central
TERRITÓRIOS ABRANGIDOS PELAS INTERVENÇÕES	Cidade de Reguengos de Monsaraz
JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	
<p>Apesar de recente, a cidade de Reguengos de Monsaraz tem graves problemas ao nível da circulação pedonal. A circulação do trânsito em dois sentidos e o crescimento urbano recente aconteceram sem que tenha sido dado lugar a passeios e espaços exclusivos para circulação pedonal. Assim, foi feita uma análise exaustiva das sinergias da cidade, tendo sido definidos os principais eixos afetos aos serviços, comércio, estabelecimentos de ensino, centro de saúde e até de zonas industriais, que, para além de serem os responsáveis pelos principais circuitos pedonais dos vários utentes são igualmente os principais empregadores. Atualmente a dinâmica da cidade passa por um uso crescente do automóvel, uma vez que a malha urbana permite o acesso através deste meio de transporte à maior parte dos locais supracitados. Ao nível do planeamento, consideramos que a estratégia deve mudar e apostar na mobilidade sustentável, pelo que importa prever um espaço canal que permita o trânsito pedonal e ciclável para que os circuitos pedonal e ciclável possam acontecer ao mesmo tempo e em segurança total nos movimentos diários próprios da dinâmica urbana. O que se pretende é estimular os habitantes a viver a cidade sem a utilização do automóvel nos movimentos diários casa-trabalho-casa e paralelamente desenhar uma cidade com uma escala mais próxima dos seus habitantes, apelativa e com uma linguagem urbana coerente, que convida à fruição pedonal pela permeabilidade que a caracterizará. Assim, foi traçada esta via pedonal e ciclável assente no eixo estruturante que liga o centro da cidade, nomeadamente a Câmara Municipal, os CTT, entidades bancárias, seguradoras, farmácias, comércio às zonas residenciais e estas aos estabelecimentos de ensino, centro de saúde, autoridade tributária, zona industrial e centro de transportes. A via pedonal e ciclável proposta tem uma extensão de 2.885 m, perfazendo uma área total de intervenção de 9.854,14 m² e assume dois eixos estruturantes, o eixo Nascente Poente e o eixo Sul. O eixo Nascente Poente tem início no antigo caminho-de-ferro, Rotunda 25 de Abril, sendo que depois atravessa toda a Avenida António José de Almeida, passando depois pelas duas praças da cidade, a Praça da Liberdade e a Praça de Santo António. Segue depois pela zona mais antiga para alcançar o eixo que liga à Escola Secundária Conde de Monsaraz e à EB1 de Reguengos. Este eixo permite o acesso a um conjunto de serviços, nomeadamente o serviço de finanças de Reguengos, o tribunal e a Câmara Municipal, bem como os CTT. Permite igualmente o acesso à Rua do Comércio e a toda a zona comercial da cidade. Neste eixo foram recentemente requalificados um conjunto de espaços verdes urbanos, nomeadamente o Parque da Cidade, o Mercado Municipal e a Biblioteca Municipal. Está previsto requalificar no âmbito da implementação da Ciclovia a Praça da Liberdade, a envolvente à Escola Secundária Conde de Monsaraz, a envolvente à EB1 de Reguengos e todo o espaço canal desenhado pelas linhas de água Ribeira do Monreal e Ribeiro Pelado, que integra a estrutura ecológica primária da cidade. O eixo Sul liga a Praça de Santo António ao Parque de Feiras e Exposições, que reúne, não só o carácter empresarial mas também lúdico.</p> <p>A via pedonal e ciclável promoveu a reestruturação do trânsito automóvel dentro da cidade através do fecho de duas artérias e da passagem do trânsito automóvel de dois sentidos para apenas um sentido, aumentando assim o ambiente urbano através da redução de emissões de poluentes e da redução do ruído. É notório que o pavimento proposto para a via pedonal e ciclável é em betuminoso e calçada de granito, sendo que nas zonas históricas o pavimento é exclusivamente em calçada.</p>	
TIPOLOGIAS DE AÇÃO	Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	942.074,57€
727.522,37€ TOTAL	
HORIZONTE TEMPORAL	2016-2018
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Reguengos de Monsaraz
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	Interliga-se com o projeto Requalificação e modernização de vias pedonais na cidade de Reguengos de Monsaraz

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de mobilidade urbana implementados (N.º)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton CO ² / Km ²)	63,36	63,36

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	109.128,36 €
EMPRÉSTIMOS	618.394,01 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	- €
AÇÕES IMATERIAIS	- €
EMPREITADAS	727.522,37 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	- €
CERTIFICAÇÕES	- €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	- €
TOTAL	727.522,37 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alentejo Central
TERRITÓRIOS ABRANGIDOS PELAS INTERVENÇÕES	Cidade de Reguengos de Monsaraz
JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	

O Parque de Estacionamento do Rossio em Reguengos de Monsaraz é um projeto, cujo principal objetivo será requalificar uma zona de estacionamento com mais de 40 anos, de modo a permitir à população e seus visitantes uma bolsa de estacionamento para 42 veículos, mais 24 lugares do que os existentes, com 3 lugares para mobilidade condicionada. Os materiais utilizados trarão ao local materiais seculares e bastante utilizados pelo País fora, no Alentejo em particular, a calçada de granito em cubo de 0,10 m e 0,05 m para os passeios, com zonas de ensombramento arbóreas existentes e a reintroduzir. Esta materialidade ligará com a utilizada no Campo 25 de Abril, onde o mesmo se integra. O Parque de Estacionamento do Rossio integra a 2.ª Fase dum Plano de Revitalização do atual Campo 25 de Abril, que se iniciou com a requalificação do jardim público, hoje denominado Parque da Cidade com aproximadamente 2 ha, existindo uma direta interligação e continuidade desse plano, sendo o mesmo o ponto de apoio e ligação à estação rodoviária da cidade, assim como ao edifício das finanças e tribunal. Interligado a este projeto está o projeto da via pedonal e ciclável da cidade de Reguengos de Monsaraz, que passará na parte mais a Sudoeste deste parque de estacionamento, ficando mesmo adjacente, permitindo ainda dar apoio ao revitalizado e requalificado Mercado Municipal, dando a esta bolsa de estacionamento uma importância primordial.

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	Melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território.
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	280.089,78 €
235.456,02€ TOTAL	

HORIZONTE TEMPORAL	2016 - 2017
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Reguengos Monsaraz
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	Interliga-se com o projeto Apoio Social Habitacional

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de mobilidade urbana implementados (N.º)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton CO ² / Km ²)	63,36	63,36

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	35.318,00 €
EMPRÉSTIMOS	200.138,00 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	- €
AÇÕES IMATERIAIS	- €
EMPREITADAS	235.456,02€
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	- €
CERTIFICAÇÕES	- €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	- €
TOTAL	235.456,02€

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alentejo Central
TERRITÓRIOS ABRANGIDOS PELAS INTERVENÇÕES	Cidade de Reguengos de Monsaraz
JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	
<p>1. Elementos patrimoniais: Chafariz: Texto integral da deliberação em reunião de Câmara para a construção do Chafariz (livro de atas 1835-1839, pág. 43): “Aos três dias do mês de Agosto do ano de Mil Oito Centos e Trinta e Seis...Visto a grande necessidade de água que há neste povo de Reguengos, não só para as pessoas, mas também para os animais, determinou esta Câmara Municipal que se abrisse uma escavação no sítio chamado a Fonte do Penedo, e outro no Ribeiro dos Pelados em lugar que oferecesse água em abundância e em qualquer dos dois sítios se fizesse uma fonte e um Chafariz”. Proposta: Valorização do espaço envolvente ao mesmo atribuindo-lhe um enquadramento de destaque e alargamento do passeio com respetiva faixa de separação de trânsito e criação de zona de contemplação/ estadia ao Chafariz. Também a proposta de pavimentação é no sentido de sublinhar o Chafariz que se pretende pontuar e realçar o elemento água com um bebedouro.</p> <p>2. Problemas funcionais e de mobilidade: Conflito entre o estacionamento e o trânsito pedonal. Proposta: Separação física de ambos com ligação entre o estacionamento e a Rua João de Deus; Criação de faixa de separação entre o estacionamento e a zona principal de acesso pedonal à escola. Na zona pedonal propõe-se pontuar com alguns elementos de estadia, nomeadamente o binómio banco/ papelreira que se integram no jogo de pavimentos que alterna entre diferentes materialidades criando ritmos e dinâmicas distintos.</p> <p>3. Entrada e zona de enquadramento. Proposta: Valorização do espaço envolvente ao mesmo atribuindo-lhe um enquadramento de destaque. A entrada da Escola foi pontuada com pavimento distinto para marcar a zona de receção. Prevê-se um estacionamento para bicicletas bem como uma rampa de acesso para pessoas com mobilidade condicionada. Na zona mais a Norte da proposta prevê-se uma zona de enquadramento marcada por um canteiro que integra vegetação de porte arbustivo. O restante passeio alterna a sua materialidade criando mais uma vez ritmos num espaço canal de grande fluência.</p> <p>4. Zona de serviço e Paragem do Autocarro. Proposta: Valorização e ordenamento da envolvente à saída de serviço. Pretende concentrar-se a recolha de RSU e Reciclados junto à saída de serviço e dar alguma dignidade à paragem de autocarro aumentando a sua dimensão e criando uma envolvente adequada à escala do elevado número de jovens que utilizam a mesma.</p> <p>5. Reordenamento do trânsito. Proposta: A existência de um elemento patrimonial como o chafariz, a segurança rodoviária dos alunos e uma mobilidade mais eficiente em termos de trânsito levaram à proposta de alargamento do passeio e à transição de dois sentidos de trânsito para sentido único na Rua Dr. António Vaz Natário na zona devidamente assinalada na planta acima referida. Desta forma, solicito aos serviços de Trânsito e de Mobilidade Urbana a análise da proposta acima apresentada e a melhor solução para o estrangulamento que será assumido no cruzamento entre a Rua Maria João Pires e a Rua Dr. António Vaz Natário. Paralelamente, propõe-se executar o troço da Ciclovía com início na EB1 e terminus no cruzamento da Rua D. Dores Leal com a Rua Dr. António Vaz Natário, sendo que na envolvente à Quinta Nova – Ribeiro do Pelado integra zonas verdes e na Rua Dr. António Vaz Natário assumirá um carácter mais urbano.</p>	
TIPOLOGIAS DE AÇÃO	Melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território.
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	280.089,78 €
	44.633,76 € TOTAL
HORIZONTE TEMPORAL	2016-2017
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Reguengos de Monsaraz
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	-

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de mobilidade urbana implementados (N.º)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton CO ² / Km ²)	63,36	63,36

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	6.695,06 €
EMPRÉSTIMOS	37.938,70 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	- €
AÇÕES IMATERIAIS	- €
EMPREITADAS	44.633,76 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	- €
CERTIFICAÇÕES	- €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	- €
TOTAL	44.633,76 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alentejo Central
TERRITÓRIOS ABRANGIDOS PELAS INTERVENÇÕES	Cidade de Reguengos de Monsaraz
JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	

Apesar de recente, a cidade de Reguengos de Monsaraz tem graves problemas ao nível da circulação pedonal. A circulação do trânsito em dois sentidos e o crescimento urbano recente aconteceram sem que tenha sido dado lugar a passeios e espaços exclusivos para circulação pedonal. Assim, foi feita uma análise exaustiva das sinergias da Cidade, tendo sido definidos os principais eixos afetos aos serviços, comércio, estabelecimentos de ensino, centro de saúde e até de zonas industriais, que, para além de serem os responsáveis pelos principais circuitos pedonais dos vários utentes são igualmente os principais empregadores. Atualmente a dinâmica da cidade passa por um uso crescente do automóvel, uma vez que a malha urbana permite o acesso através deste meio de transporte à maior parte dos locais supracitados. Ao nível do planeamento, consideramos que a estratégia deve mudar e apostar na mobilidade sustentável, pelo que importa prever um conjunto de espaços canal para peões. Assim, foi elaborado um plano de mobilidade que integra os principais eixos estruturante da cidade para que os mesmos possam servir os habitantes ligando os diferentes pontos da cidade, nomeadamente a Câmara Municipal, os CTT, entidades bancárias, seguradoras, farmácias, comércio às zonas residenciais e estas aos estabelecimentos de ensino, centro de saúde, autoridade tributária, zona industrial e centro de transportes. Assim, propõe-se a requalificação dum conjunto de passeios que atualmente não são a resposta desejada a uma confortável circulação pedonal para que se promova a circulação pedonal numa dinâmica social ordenada e coerente. Estas vias pedonais darão uma resposta adequada em termos da dimensão propriamente dita dos passeios, permitindo a circulação confortável nos mesmos, que serão livres de qualquer obstáculo. Em termos de material, propõe-se a utilização do granito, pois é a materialidade característica da região. Paralelamente propõe-se a requalificação dos passeios da via que faz a ligação do centro da cidade ao Centro de Saúde. De todos os estabelecimentos de ensino faltava integrar a EB2 de Reguengos, pelo que se propõe a requalificação dos passeios da Rua de São Marcos do Campo na sua totalidade, que garantem precisamente a ligação da EB2 à via pedonal e ciclável (eixo Nascente Poente). A extensão dos passeios que se propõe requalificar são 1.080 m, perfazendo uma área total de intervenção de 2.539 m² numa perspetiva de mobilidade sustentável. A requalificação das vias pedonais promoveu a reestruturação do trânsito automóvel dentro da cidade através do fecho de duas artérias e da passagem do trânsito automóvel de dois sentidos para apenas um sentido, aumentando assim o ambiente urbano através da redução de emissão de poluentes e da redução do ruído.

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	942.074,57 €
	133.674,16 € TOTAL

HORIZONTE TEMPORAL	2016-2017
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Reguengos de Monsaraz
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	Via pedonal e ciclável da cidade de Reguengos de Monsaraz

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de mobilidade urbana implementados (N.º)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton CO ² / Km ²)	63,36	63,36

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	20.051,12 €
EMPRÉSTIMOS	113.623,04 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	- €
AÇÕES IMATERIAIS	- €
EMPREITADAS	133.674,16€
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	- €
CERTIFICAÇÕES	- €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	- €
TOTAL	133.674,16€

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alentejo Central
TERRITÓRIOS ABRANGIDOS PELAS INTERVENÇÕES	Concelho de Reguengos de Monsaraz – Freguesia de Corval
JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	
<p>A intervenção das vias pedonais de São Pedro do Corval corresponde à 1.ª fase de um projeto de maior amplitude que visa requalificar as Ruas António Jacinto Rosa, Professor Cândido e de São Pedro, em São Pedro do Corval, freguesia de Corval. Assim, o objetivo desta primeira intervenção prende-se com o facto da rua Professor Cândido, que integra o núcleo mais antigo da aldeia, ser a que carece de uma intervenção mais imediata, uma vez que é a que faz a ligação entre o centro (Praça Dr. Manuel Fialho Recto) e o cemitério e casa mortuária, sendo, em termos de circulação uma das ruas mais importantes da aldeia e, ainda, pelo seu deficiente estado de conservação. O princípio subjacente à intervenção é a criação de um circuito permeável em termos pedonais promovendo a mobilidade sustentável e garantindo a segurança para todos.</p>	
TIPOLOGIAS DE AÇÃO	Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	942.074,57 €
	80.878,04 € TOTAL

HORIZONTE TEMPORAL	2017
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Reguengos de Monsaraz
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	Reabilitação do centro histórico de São Pedro do Corval

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.2.3 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de mobilidade urbana implementados (N.º)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton CO ² / Km ²)	63,36	63,36

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	12.131,71 €
EMPRÉSTIMOS	68.746,33 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	
AÇÕES IMATERIAIS	
EMPREITADAS	80.878,04 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	
CERTIFICAÇÕES	
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	
TOTAL	80.878,04 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

5.3.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INCLUINDO O ENVOLVIMENTO DOS VÁRIOS ATORES NO TERRITÓRIO E PLANTA DE DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO PERÍMETRO EM QUE SE PRETENDE INTERVIR

A regeneração urbana é hoje uma opção indiscutível para reavivar a atividade económica e social de uma cidade, tendo em conta o paradigma de desenvolvimento da expansão urbana ocorrido nas últimas décadas em Portugal, que naturalmente afastou as pessoas dos centros históricos. Veja-se o caso de Lisboa, cujo centro é habitado por 547 mil habitantes e a metrópole por cerca de 2,8 milhões, ou o Porto com um centro de 237 mil habitantes e a metrópole por 1,2 milhões. A inversão desta tendência é lenta, mas está a ocorrer um pouco por todo o país, como se pode verificar pelo investimento que cidades como Guimarães, Coimbra, Porto e Lisboa estão a efetuar em processos de regeneração urbana, tendo em conta a melhoria do espaço público, reorganização dos espaços de circulação pedonal e motor e obras de qualificação dos edifícios para arrendamento ou compra atraindo novos públicos.

O Município de Reguengos de Monsaraz tem feito um esforço para manter a sua cidade cuidada, nomeadamente ao nível do espaço público e da imagem urbana. No entanto, o município percebe a importância de incentivar a regeneração urbana no setor privado, promovendo ganhos de escala ao nível do financiamento e possíveis parcerias em obras a realizar.

Tendo em vista a materialização dos projetos que colocam a estratégia de desenvolvimento sustentável na direção da visão assumida no âmbito do Plano de Urbanização da Cidade de Reguengos de Monsaraz (PURM), o município visa dar resposta à estratégia delineada de RU enquadradas por instrumento de programação próprio, abrangendo trechos urbanos que justifiquem uma intervenção qualificadora integrada, sendo para o efeito identificadas nas ARUs cujas delimitações podemos visualizar nas Figuras do Anexo I do PARU_RM, os programas da ação de iniciativa pública consideradas prioritárias e complementares entre si.

Apesar da sua preocupação com a cidade, seus habitantes e visitantes, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz manifesta objetivos diversificados para a implementação de projetos de regeneração urbana, identificados em baixo:

- Reter e captar população;
- Revitalizar o tecido económico;
- Valorizar o património construído, cultural e religioso;
- Dignificar e qualificar o ambiente e o espaço urbano;
- Potenciar a imagem de Reguengos de Monsaraz, enquanto concelho;
- Dinamizar o comércio e serviços locais, bem como a hotelaria e restauração em particular;
- Potenciar o desenvolvimento de um espaço inclusivo;
- Promover o território físico e histórico-cultural e patrimonial da cidade;

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INCLUINDO O ENVOLVIMENTO DOS VÁRIOS ATORES NO TERRITÓRIO E PLANTA DE DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO PERÍMETRO EM QUE SE PRETENDE INTERVIR (CONT.)

- Fomentar o desenvolvimento turístico;
- Aumentar a área de influência e centro gravítico de Reguengos de Monsaraz no contexto regional, especialmente em relação a Évora;
- Consolidar a centralidade de Reguengos de Monsaraz como sede administrativa, centro de serviços e espaço cultural e residencial de elevada qualidade e atratividade.

Tendo em vista o alcance dos objetivos preconizados para a cidade de Reguengos de Monsaraz, citados no parágrafo anterior, a estratégia a seguir assenta na valorização e dignificação do espaço e ambiente urbano, a partir da sua regeneração e particularmente na regeneração urbana, nomeadamente do espaço público.

As ações ora propostas no âmbito da regeneração urbana constituem um compromisso de curto prazo para com a cidade e os seus cidadãos, visando a modernização de serviços e a aplicação de um *marketing* territorial mais agressivo, acoplado do projeto “Realojar para integrar”, que se descreve pormenorizadamente no Programa de Ações, visando a regeneração urbana de um conjunto de prédios propriedade do município espalhados pelo concelho.

Neste sentido, o Município de Reguengos de Monsaraz pretende apostar na regeneração urbana das zonas abaixo indicadas sem a intervenção de atores externos:

- Zonas centrais dentro e fora da cidade:
 - Praça da Liberdade, em Reguengos de Monsaraz (ver Figura 4 do PARU_RM);
 - Largo da República, em Reguengos de Monsaraz (ver Figura 5 do PARU_RM);
 - Largo da Escola (ver Figura 6 do PARU_RM);
 - Linha da CP (ver Figura 7 do PARU_RM);
 - Um edifício para apoio a microempresas (ver Figura 8 do PARU_RM);
- Zonas históricas nas freguesias rurais:
 - Centro Histórico de São Pedro do Corval (ver Figura 9 do PARU_RM);
 - Centro Histórico de São Marcos do Campo (ver Figura 10 do PARU_RM).

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INCLUINDO O ENVOLVIMENTO DOS VÁRIOS ATORES NO TERRITÓRIO E PLANTA DE DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO PERÍMETRO EM QUE SE PRETENDE INTERVIR (CONT.)

A regeneração urbana de um dos espaços das zonas centrais de Reguengos de Monsaraz (Praça da Liberdade) tem como vetores principais a devolução do espaço à utilização pedonal, lúdica, plurigeracional e multifuncional, sendo necessária a reordenação do trânsito e do estacionamento, criando um acesso pedonal exclusivo no lado Poente, o que ditará uma nova estrutura urbana do espaço. Assim, o tabuleiro Poente será destinado à instalação de esplanadas e integrará um conjunto de mobiliário urbano que apela à estadia. Paralelamente, propõe-se um espaço com 55 m² de carácter multifuncional e que, no seu expoente máximo, será um palco que integrará ainda uma tela dinâmica para projecção ao ar livre. O tabuleiro Nascente, por encerrar um conjunto de serviços, mantém a circulação em torno do tabuleiro apenas num sentido, com estacionamento paralelo à via de circulação nos dois sentidos, sendo dotado de mobilidade condicionada e realçando um lugar específico para cargas e descargas. É importante referir ainda que a via de circulação supracitada terá a possibilidade, através de pilaretes retráteis, de ser fechada na totalidade em momentos específicos. O tabuleiro Nascente integrará, para além de mobiliário urbano que convida à estadia, um quiosque. O tabuleiro Nascente terá ainda um elemento de água, que se caracteriza por um conjunto de repuxos e vaporizadores e que convidam ao convívio para todas as idades. Ambos os tabuleiros serão atravessados pela via pedonal e ciclável num espaço canal devidamente estruturado para o efeito e que garanta os necessários atravessamentos dos peões que circulam na praça em segurança. É importante referir ainda as duas “ilhas” localizadas na zona Sul da Praça, apesar de estarem separadas dos tabuleiros principais pelas vias de circulação automóvel, as quais são ligadas aos mesmos através de passadeiras devidamente sinalizadas e que convidam à fruição do espaço como um todo. Estas duas zonas na parte Sul da Praça terão como objetivo o enquadramento da Igreja Matriz e da envolvente ao Auditório Municipal, sendo importante referir ainda que todo o espaço é sublinhado através de iluminação específica em determinados elementos, nomeadamente em todas as árvores, no elemento de água e nas fachadas históricas. Para além da iluminação, propõe-se um carregador rápido para veículos elétricos numa perspetiva de promover a mobilidade sustentável e a redução de emissão de gases, concretização que coincide também com a PI 4.5.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INCLUINDO O ENVOLVIMENTO DOS VÁRIOS ATORES NO TERRITÓRIO E PLANTA DE DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO PERÍMETRO EM QUE SE PRETENDE INTERVIR (CONT.)

A regeneração urbana de um dos espaços das zonas históricas nas freguesias rurais de Reguengos de Monsaraz é o Centro Histórico de São Pedro do Corval, com foco na Praça Manuel Fialho, no coração da aldeia, onde se situa a Igreja Matriz de São Pedro, de influências manuelinas. Trata-se de um espaço praticamente plano e cruzado por vários acessos, com cerca de 1.902 m², com algum comércio local. Por ser uma zona central, de grande fluência e muito desorganizada em termos de circulação, torna-se necessária a sua intervenção, oferecendo uma nova configuração à praça, evitando que o espaço pedonal seja invadido por veículos. Mantendo a configuração da praça original, pelo seu desenho característico, é necessário recolocar um dos *Ligustrum*, de forma a permitir um maior ângulo de viragem na circulação viária da praça. Com a sua recolocação junto ao canto virado a noroeste da igreja, consegue-se criar uma nova zona de estadia.

O edifício objeto de regeneração urbana para apoio à incubação e desenvolvimento de microempresas é propriedade do município, o qual corresponde às antigas instalações das diversas unidades oficinais do Município de Reguengos de Monsaraz. O edifício encontra-se atualmente em mau estado de conservação e funcionalidade, nomeadamente ao nível das coberturas e sua estrutura, originando grandes infiltrações. Para além de se observar patologias nas paredes interiores e exteriores, as canalizações e os esgotos estão obsoletos, assim como o pavimento e as instalações elétricas. Neste contexto, e após análise detalhada do edifício, a Câmara Municipal propõe obras de regeneração urbana e adaptação deste a um centro empresarial, pelas suas características, localização central e funcional para o fim proposto, fazendo renascer a sua envolvente.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.2 MODELO HABITACIONAL

O modelo habitacional pauta-se por evidenciar os seguintes objetivos:

- Definir a perspetiva desejável de evolução demográfica, tendo em conta as áreas intervencionadas;
- Estimular a circulação pedonal nos centros urbanos, onde se encontra boa parte do comércio local;
- Identificar áreas de intervenção prioritárias em função do conhecimento das situações mais carentes.

Na caracterização etária da população constata-se um ligeiro envelhecimento populacional em toda a área de regeneração urbana, na medida em que 24% tem idade compreendida entre os 0 e 24 anos, 51% tem idade entre os 25 e os 64 e 24% da população tem idade superior a 65 anos. Sobressai o facto de a população reformada ser um pouco menor à população jovem, que abrange as crianças e os jovens com idade inferior a 24 anos (ver Quadro 1 do PARU_RM).

Quando analisadas as ARUs individualmente e, apesar da tendência para um acentuado envelhecimento ser comum em quase todas, nota-se que é na ARU/ freguesia de Reguengos de Monsaraz que se concentra a maior parte da população, correspondendo a 67% da população do concelho, local onde se pretende a implementação de quatro projetos: Regeneração urbana da Praça da Liberdade; Regeneração urbana do Largo da República; Projeto Realojar para integrar, que envolve a regeneração urbana do Largo da Escola e a eliminação de um pequeno núcleo de construção precária junto à Linha da CP; e Regeneração urbana de um edifício, utilizando-se este como centro de apoio a microempresas. Conforme se pode verificar no Quadro 2 do PARU_RM, nas outras ARU/ freguesias em que se propõe efetuar investimento, notamos a disparidade em termos populacionais, bem como a elevada diferença de idosos – jovens. Em termos percentuais, a freguesia com maior envelhecimento da população é a de Campo, que tem uma diferença de 14 pontos percentuais entre jovens e idosos, onde se pretende regenerar o centro histórico. Referente à freguesia do Corval, onde se pretende investir na regeneração do centro histórico da aldeia de São Pedro do Corval, a diferença entre jovens e idosos é de 10 pontos percentuais.

Conforme comprovado pelos dados do Quadro 3 do PARU_RM (crescimento populacional 2001-2011), que comparam a população residente desde 2001 a 2011, o concelho tem vindo a perder população, no total 554 pessoas, tendo ocorrido a maior diminuição na subárea/ freguesia de Campinho. De destacar também, em oposição às outras subáreas/ freguesias, o aumento da população em Reguengos de Monsaraz.

Em sentido contrário ao decréscimo da população, conforme os Quadros 4 e 5 do PARU_RM (Estimativa do parque habitacional por município, 2008-2013), observamos o aumento dos edifícios e alojamentos familiares clássicos, que de 2008 a 2013 aumentaram 127 e 19, respetivamente, o que poderá indicar um crescente número de habitações desocupadas.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.2 MODELO HABITACIONAL (CONT.)

Na última revisão do Plano de Urbanização da cidade de Reguengos de Monsaraz teve-se em consideração como objetivo primordial a consolidação da área urbanizável, ao invés da sua própria expansão. Todavia a par desta contenção habitacional houve como contrapartida um registo de expansão da área industrial.

Em suma, a proposta de Modelo Habitacional é, para as áreas em estudo, um elemento essencial para consolidação do tecido urbano e da vivência das localidades, permitindo estimar um valor aproximado de investimento privado que determinaria uma substancial melhoria da oferta de habitação nos usos das localidades, um incremento na qualidade de vida das populações (uma população envelhecida, com dificuldades de visão e mobilidade, tornando-se necessárias infraestruturas adequadas às suas limitações) e um estímulo da economia local podendo potenciar novas dinâmicas comerciais e de usos complementares como comércio, serviços e equipamentos.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.3 MODELO ECONÓMICO

Atendendo à realidade e modernidade dos novos tempos existe a necessidade de acolher, no concelho de Reguengos de Monsaraz, novos desafios mais dinâmicos, atrativos, sustentáveis para melhorar o tecido empresarial local e a qualidade de vida da população de quem vive e trabalha e igualmente para todos os que queiram visitar este território.

Estas condições básicas indutoras do processo de desenvolvimento territorial sustentável são imprescindíveis para o concelho, de forma a permitir o acompanhamento das tendências evolutivas atuais de sustentabilidade.

Neste enquadramento, desenhou-se uma estratégia que insere ações de promoção da mobilidade urbana sustentável, de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano e de revitalização dos centros urbanos, integrando também apoios às comunidades desfavorecidas, proporcionando desta forma dinâmicas económicas, sociais e ambientais no concelho.

Em contexto urbano e observando o tecido comercial local deparamo-nos com um comércio centrado e organizado espacialmente no coração da cidade de Reguengos, encontrando-se papelarias, lojas de roupa de adulto e de criança, sapatarias, lojas de desporto, pontos de venda de pão, cafés, restaurantes, pastelarias, farmácias, verifica-se também a existência de serviços tais como: seguradoras, instituições bancárias, cabeleireiras, alojamentos, os CTT, a Câmara Municipal e o Auditório Municipal, tribunal e Autoridade Tributária e Aduaneira.

Disperso pelas diferentes ruas, este comércio tradicional tem um ponto comum, a Praça da Liberdade, que tem ligação através das vias pedonais e cicláveis ao Largo da República, sendo o conjunto uma zona identitária e singular que caracteriza a cidade de Reguengos de Monsaraz, local de afluência de pessoas de todas as faixas etárias, sendo notória uma afluência maior em época escolar.

Esta zona também se descreve pela circulação abundante de veículos, de passeios irregulares e degradado, com alguns obstáculos tornando-se sem condições de circulação e de segurança para os peões e que, por consequência disso, não capta mais consumidores para a dinamização do comércio existente no centro urbano.

Assim, considera-se essencial inverter esta tendência através do aumento da circulação de pessoas neste espaço privilegiado e para o efeito é fundamental a implementação de ações urgentes e estruturantes como as operações assentes na nossa estratégia designadamente a via pedonal e ciclável por se tratar de um investimento que tem como contributo reduzir o tráfego automóvel dentro da cidade com o consequente decréscimo de teor de carbono, contribui igualmente para aumentar a mobilidade suave dentro na cidade de Reguengos de Monsaraz e, por estas vias, consegue-se alcançar uma melhoria da qualidade de vida da população. Complementarmente e indissociável a este projeto é necessário intervir nas vias pedonais da cidade para tornar todo o espaço harmonioso.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.3 MODELO ECONÓMICO (CONT.)

Os projetos designados “Regeneração urbana da Praça da Liberdade e do Largo da República” são também operações diferenciadoras, cooperando para tornar o comércio mais ativo, o que contribui simultaneamente para uma melhoria qualitativa da imagem do espaço público e proporciona um aumento do bem-estar da comunidade, tornando a cidade mais atrativa e captando, conseqüentemente, visitantes ao território.

É de destacar ainda o projeto “Regeneração urbana de edifício para apoio a microempresas”, de interesse relevante para a revitalização comercial e empresarial. Trata-se de um projeto que pretende regenerar um edifício e adequá-lo para apoiar a atividade empresarial e ao estímulo ao espírito empresarial. A existência destas infraestruturas é assumida como um objetivo relevante para o incremento da produtividade e crescimento da economia local.

A criação do espaço para acolhimento empresarial e incubação de empresas é imprescindível para reforçar a vitalidade económica e dinamização do empreendedorismo e do tecido empresarial do concelho de Reguengos de Monsaraz gerando condições de acesso a serviços que atualmente o concelho não dispõe.

Com esta infraestrutura, o concelho ficará apetrechado de um núcleo destinado a empresas e empreendedores cujo principal objetivo é disponibilizar um conjunto de serviços de apoio ao empreendedorismo e à atividade empresarial. Desta forma, ficam criadas as condições favoráveis de apoio para que potenciais empresários possam iniciar e desenvolver uma atividade num clima empresarial positivo usufruindo de uma panóplia de serviços que lhes permitirão obter mais-valias para as suas atividades ao nível técnico, administrativo, da pesquisa de informação e da partilha de experiências, fornecendo assim uma base sólida para permitir a inovação nos seus setores de atividade.

Para além destas intervenções materiais também se prevêem realizar ações imateriais como ações de formação aos empresários, ações de promoção da atividade económica e campanhas de comunicação para os comerciantes. Neste âmbito é de referenciar que o Município dispõe de um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento prestando apoio aos empresários e atividades económicas, com o objetivo de promoção do desenvolvimento socioeconómico do Concelho. A sua principal missão é dinamizar o tecido empresarial do Concelho, prestando apoio, designadamente, no respeitante à formação de empresas, promoção de parcerias locais, promoção do dinamismo empresarial e fomento do empreendedorismo.

Assim, o modelo económico de Reguengos de Monsaraz passa pela valorização do posicionamento do concelho, enquanto espaço estratégico no quadro dos centros urbanos superiores, através do conjunto de intervenções interligadas na qualificação do tecido urbano que contribuem para o reforço do sistema urbano, que promovem a coesão e inclusão social, que estimulem a revitalização socioeconómica de espaços urbanos e que qualificam o ambiente urbano.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.3 MODELO ECONÓMICO (CONT.)

Em suma, pretende-se oferecer melhores condições de vida e de mobilidade na cidade e de apoio à atividade económica, na procura de uma nova centralidade para a cidade de Reguengos de Monsaraz.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.4 REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

As regras e critérios de proteção do património arquitetónico e arqueológico, para além de seguirem a legislação geral aplicável (Lei n.º 107/ 01, de 8 de Setembro), devem reger-se e ter em conta as componentes do Plano Diretor Municipal e do Plano de Urbano, nomeadamente das secções dedicadas às regras gerais e aos vestígios arqueológicos, correspondentes aos Artigos 5.º a 8.º, da Secção I (Património e Conjuntos Urbanos de Valor Patrimonial), do Capítulo II (Património, servidões e restrições de utilidade pública), do Aviso n.º 2058/ 2009 da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, publicado na edição N.º 15 do Diário da República (2.ª Série), de 22 de Janeiro. Deste modo, é aprovada a conservação da especificidade pluridimensional e do carácter fundamental da cidade de Reguengos de Monsaraz, tendo em conta o património, a sua morfologia e tipologias arquitetónicas, bem como o diálogo com a paisagem rural envolvente através da sua estrutura ecológica, e os múltiplos fatores que a caracterizam: i) económicos, ii) sociais e iii) culturais.

Em ordem ao preceituado, designadamente do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/ 99, de 22 de Setembro, na redação do Decreto-Lei n.º 316/ 2007, de 19 de Setembro, é aprovada a revisão do Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz, constituído pela planta de zonamento, pela planta de condicionantes e pelo presente Regulamento do Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz. Neste contexto, o património da cidade de Reguengos de Monsaraz define-se pelas preexistências urbanísticas e arquitetónicas que fomentaram o aparecimento dos núcleos urbanos iniciais e arruamentos estruturantes e que imprimem no espaço regras estruturantes e um desenho urbano peculiar, identificados na planta de condicionantes (património), com interesse patrimonial que lhe conferem um elevado valor cultural de significado predominante e uma identidade singular.

O património e os conjuntos urbanos de valor patrimonial estão classificados em quatro tipologias, nas quais o Município de Reguengos de Monsaraz materializa diferentes regras de construção e conservação do património arquitetónico e arqueológico, indicando que estes devem ser salvaguardados e beneficiados em todas as intervenções a realizar nos mesmos ou em áreas contíguas, valorizando assim todo o trecho urbano onde se inserem:

- Núcleos Iniciais:
 - Reguengos de Baixo (Santo António);
 - Reguengos de Cima (Aldeia de Cima);
- Arruamentos Estruturantes:
 - Rua de Lisboa;
 - Rua da Caridade;
 - Acessos aos aglomerados envolventes;
- Largos e Praças:

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.4 REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO (CONT.)

- Largo da Fonte do Príncipe;
- Largo da Fonte da Liberdade;
- Largo José Maria Rojão;
- Largo da República;
- Largo Dr. José Garcia da Costa;
- Largo da Fonte Nova;
- Largo 1.º de Maio;
- Largo da Liberdade;
- Largo dos Combatentes;
- Largo Dr. Luís Rojão;
- Largo Poço da Cova;
- Largo Almeida Garrett;
- Praça de Santo António (Igreja de Santo António);
- Praça da Liberdade;
- Campo 25 de Abril;
- Edifícios com Interesse Patrimonial:
 - Igreja Matriz (Neogótica);
 - Câmara Municipal (Neoclássico);
 - Antiga Estação da CP;
 - Praça de Touros;
 - Casa António Gião;
 - Diferentes solares distribuídos na malha urbana.

Ainda assim, a salvaguarda do património do concelho compreende a preservação do carácter dos elementos determinantes que constituem a sua imagem no diálogo concertado com a cidade, registando a memória atual através do desenho ou intervenções adequadas. Nesta perspetiva, cada conjunto deverá ser objeto de estudo cuidado e elaborado pelos técnicos competentes na área, orientados por arquitetos e/ ou arquitetos paisagistas e apoiados por arqueólogos, podendo ser acompanhados pelos serviços municipais e mediante um parecer das entidades competentes. No caso de existência de espaços privados ajardinados e/ ou arborizados que contribuam para a qualificação ambiental do conjunto em que se inserem, deverá existir uma comunicação prévia das operações urbanísticas e terão que ser contemplados no licenciamento na obra.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

5.3.4 REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO (CONT.)

Em caso de vestígios de natureza arqueológica inventariados, deverá existir uma avaliação de eventuais impactos negativos, previamente à aprovação do licenciamento de qualquer tipo de obras ou intervenções no subsolo, em áreas que possam afetar ou colidir com sítios ou estruturas classificadas ou passíveis de classificação. Neste contexto, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz tem o direito de suspender as licenças de obras concedidas sempre que, no decorrer dos respetivos trabalhos, se verifique a descoberta de elementos arquitetónicos ou arqueológicos de interesse patrimonial, sendo comunicado às entidades competentes. Ainda assim, o prosseguimento dos trabalhos dependerá de um estudo a elaborar por especialistas onde conste a identificação e o registo dos elementos descobertos, em conformidade com os pareceres emanados das citadas entidades.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz
ÁREA A INTERVIR	Espaço Público = 4.120 m ²
TIPO DE INTERVENÇÃO	<p>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</p> <p>A regeneração urbana da Praça da Liberdade teve como vetores principais a devolução deste espaço à utilização pedonal, lúdica, plurigeracional e multifuncional. Em termos de materialidade será utilizada ainda que com outro desenho a traçada de calcário característica deste espaços. A reordenação do trânsito e do estacionamento votando o lado Poente ao uso e acesso pedonal exclusivo ditam uma nova estrutura urbana deste espaço. Assim, o tabuleiro Poente será destinado à instalação de esplanadas e integrará um conjunto de mobiliário urbano que apela à estadia. Paralelamente propõe-se um espaço com 55 m² de caráter multifuncional e que no seu expoente máximo será um palco. Este palco divide-se em dois setores confinantes com 27,5 m² cada um. Os mesmos estarão por norma à cota do pavimento, sendo que, e dependendo do evento a que darão corpo, poderão, através dum sistema hidráulico, ser ambos elevados 50 cm acima desta cota ou ficar um à cota do pavimento e o outro ser elevado 50 cm. Este palco integra ainda uma tela dinâmica para projeção ao ar livre. Aquando desta projeção, o espaço do palco (em <i>deck</i>) funcionará como plateia. O tabuleiro Nascente, e porque encerra um conjunto de serviços, mantém a circulação em torno do tabuleiro apenas num sentido com estacionamento paralelo à via de circulação nos dois sentidos. Realça-se um lugar específico para cargas e descargas. Este estacionamento integra ainda estacionamento para mobilidade condicionada. É importante referir ainda que a via de circulação supracitada terá a possibilidade, através de pilaretes retrateis, de ser fechada na totalidade em dias ou eventos específicos. O tabuleiro Nascente integrará, para além de mobiliário urbano que convida à estadia, um quiosque cujo objetivo principal é a venda de jornais e revistas por um lado e por outro pequenos serviços de pastelaria. A este estará associada uma zona de esplanada. O tabuleiro Nascente terá ainda um elemento de água, que se caracteriza por um conjunto de repuxos e vaporizadores e que convidam ao convívio para todas as idades. Ambos os tabuleiros são atravessados pela ciclovia num espaço canal devidamente estruturado para o efeito e que garante os necessários atravessamentos dos peões que circulam na praça em segurança. É importante referir ainda as duas “ilhas” localizadas na zona Sul da Praça apesar de estarem separadas dos tabuleiros principais pelas vias de circulação automóvel, são ligadas aos mesmos através de passarelas devidamente sinalizadas e que convidam à fruição do espaço como um todo. Estas duas zonas na parte Sul da praça têm como objetivo o enquadramento da Igreja Matriz e da envolvente ao Auditório Municipal. É importante referir ainda que todo o espaço foi sublinhado através de iluminação específica em determinados elementos, nomeadamente em todas as árvores, no elemento de água e nas fachadas históricas. Para além da iluminação, propõe-se um carregador rápido para veículos elétricos numa perspetiva de promover a mobilidade sustentável e a redução de emissão de gases.</p>
DATA DE INÍCIO	2017
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-

Regeneração Urbana da Praça da Liberdade (Reguengos de Monsaraz)

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	689.527,07 €	0 €	689.527,07 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	689.527,07 €	0 €	689.527,07 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAL	0 €	0 €	0 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Regeneração Urbana da Praça da Liberdade	-	689.527,07 €	0 €	689.527,07 €
Edifícios	-	-	0 €	0 €	0 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	4.120 m ²	4.120 m ²

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	4	6

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz
ÁREA A INTERVIR	Espaço Público = 2.765 m ²
TIPO DE INTERVENÇÃO	<p>DESCRIPÇÃO DA INTERVENÇÃO</p> <p>De cariz totalmente urbano e de interligação com seis espaços importantes e centrais da cidade de Reguengos de Monsaraz, estando anexo a um dos polos de expansão da então Vila de Reguengos de Monsaraz. O projeto tem como principal objetivo devolver o Largo da República às pessoas. Este espaço, outrora polo para a antiga estação rodoviária (até início dos anos 90), tem vários obstáculos e problemas há muito assinalados que serão corrigidos. Far-se-ão passeios e todas as infraestruturas de mobilidade e circulação, correspondendo ao Decreto-Lei n.º 163/ 2006 de 8 de Agosto. Assim, devolver-se-ão os passeios à população, não permitindo passeios com menos de 1,2 m de largura e com rampas para acesso à mobilidade condicionada. Novas zonas de lazer serão formadas e infraestruturas para esse efeito serão colocadas, substituir-se-ão laranjeiras por outras espécies arbóreas que darão maior ensombramento, dar-se-ão espaçamentos com dignidade aos lugares de estacionamento. Em termos de materialidades, uma vez mais e em interligação com outros projetos a implementar, como o Parque de Estacionamento do Rossio, e outros já executados, como a Biblioteca Municipal, o granito, existindo uma zona de calçada irregular desde criação deste espaço, que iremos requalificar/ reutilizar, utilizando a mesma calçada. Este projeto estará intimamente interligado com a Ciclovía da Cidade de Reguengos de Monsaraz e com a Praça das Liberdade. O seu estacionamento dará apoio a um pólo do Lar de Idosos, aos demais serviços camarários e seu edifício, à zona comercial da cidade e à Biblioteca Municipal. Com este projeto devolvemos o Largo da República a Reguengos de Monsaraz e a todos os Reguengueses.</p>
DATA DE INÍCIO	2017
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-

Regeneração Urbana do Largo da República (Reguengos de Monsaraz)

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	231.759,23 €	0 €	231.759,23 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	231.759,23 €	0 €	231.759,23 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAL	0 €	0 €	0 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Reabilitação Urbana do Largo da República	-	231.759,23 €	0 €	231.759,23 €
Edifícios	-	-	0 €	0 €	0 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m ²)	2.765 m ²	2.765 m ²

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	4	6

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA			
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA			
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
ÁREA A INTERVIR	Edifício: 760 m ²		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIPÇÃO DA INTERVENÇÃO		
	<p>Este edifício diz respeito às antigas instalações das diversas unidades oficinas do Município de Reguengos de Monsaraz, sendo que ao nível do piso 0 estavam instalados os carpinteiros, eletricitas, canalizadores, pedreiros, pintores e zona oficial comum e ao nível do piso 1 um pequeno armazém de apoio a estas unidades com os bens de primeira necessidade. Atualmente encontra-se em mau estado de conservação e funcionalidade, nomeadamente ao nível das coberturas e sua estrutura, originando grandes infiltrações. Observam-se patologias nas paredes interiores e exteriores (salitres, quedas de reboco, humidades), carpintarias e caixilharias, pavimentos, degradação de abóbadas, instalações elétricas antigas sem cumprimento das normas atuais, canalizações de águas e esgotos obsoletas, devido aos anos de utilização. Constata-se também deficiente estado das instalações sanitárias, inadequadas para as condições higiene e segurança no trabalho, bem como a inexistência condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada. Após análise detalhada ao edifício e atendendo às necessidades atuais, propõe-se que este seja alvo de obras de requalificação e adaptação deste a centro empresarial (ninho de empresas), isto devido às suas características, nomeadamente a sua localização central e adaptabilidade simples e funcional para o fim proposto.</p>		
DATA DE INÍCIO	2018		
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-		
INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	120.000 €	0 €	120.000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	120.000 €	0 €	120.000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAL	120.000 €	0 €	120.000 €

Regeneração urbana de edifício para apoio a microempresas

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Requalificação do edifício para apoio a microempresas	-	120.000 €	0 €	120.000 €
Edifícios	-	-	0 €	0 €	0 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m ²)	760 m ²	760 m ²

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	4	6

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO (cont.)

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz
ÁREA A INTERVIR	Cidade de Reguengos de Monsaraz
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Realojar para Integrar a) Demolição e regeneração do denominado Largo da Escola Primária, junto ao Centro Escolar de Reguengos de Monsaraz, onde residem 3 agregados familiares b) Processo de eliminação de pequeno núcleo de construção precária (construções moveis sem condições de habitabilidade) junto à Linha da CP, onde residem dois agregados familiares c) Regeneração de prédios urbanos propriedade do Município, para realojamento das famílias desalojadas e para criação de bolsa de habitação social	a) O denominado Largo da Escola conta com três prédios urbanos de construção clássica, propriedade do Município. Estes prédios alojam três agregados familiares, que se encontram em regime de comodatários. Relativamente à ocupação das habitações estas caracterizam-se por residência habitual. Todas as habitações apresentam acentuado estado de degradação, caracterizado por carências de solidez, segurança e salubridade. Uma das habitações apresenta também manifesta exiguidade da área habitável para o número de pessoas do agregado familiar (sobrelotação). A intervenção traduz-se no realojamento destas famílias, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida. Após a demolição, o Largo com uma área 713 m ² , será objeto de requalificação tornando-o um espaço público para usufruto da população. b) Devido a uma operação de desalojamento de um armazém de mercadorias, propriedade da REFER, situado junto à Linha da CP, em Reguengos de Monsaraz, onde residiam duas famílias de etnia cigana, o Município procedeu ao seu realojamento urgente, evitando assim uma situação de sem-abrigos. Recorreu desta forma, a um realojamento temporário destas famílias, através da cedência de duas construções móveis, sem infraestruturas básicas (água, esgotos e eletricidade). Estas construções alojam dois agregados familiares, que se encontram em regime de comodatários. A intervenção traduz-se no realojamento destas famílias, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida. Este espaço público, com uma área cerca de 3.287 m ² , será então requalificado com condições para o bem estar da população. c) O Município de Reguengos é proprietário de vários prédios urbanos que não reúnem condições mínimas de habitabilidade e que necessitam de reabilitação para que reúnam essas condições. Estes prédios urbanos situam-se quer na cidade de Reguengos, quer nas freguesias rurais do concelho. Por se tratar de uma ação dirigida ao realojamento das famílias a desalojar do Largo da Escola Primária e da Linha junto à CP, esta componente integrada neste projeto enquadra-se na PI 9.8 Comunidades Desfavorecidas, sendo caracterizada no domínio de intervenção referido.
DATA DE INÍCIO	2016-2019
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	34.874 €	0 €	34.874 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	34.874 €	0 €	34.874 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAL	34.874 €	0 €	34.874 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO (cont.)

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Regeneração urbana do espaço	-	34.874 €	0 €	34.874 €
Edifícios	-	-	0 €	0 €	0 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m ²)	4.000 m ²	4.000 m ²

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	4	6

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA			
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA			
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
ÁREA A INTERVIR	Espaço público: 1902 m ²		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIPÇÃO DA INTERVENÇÃO		
Regeneração do Centro Histórico de São Pedro do Corval	<p>Encontra-se no coração da aldeia de São Pedro do Corval, freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz, a Praça Manuel Fialho Recto, local onde se situa a Igreja Matriz de São Pedro – Ermida do Nossa Senhora do Rosário, de influências Manuelinas. É um espaço que é cruzado por vários acessos, entre os quais a Rua Dr. José Garcia da Costa, na face Sul da Praça, a Rua da Aula, a Oeste, e Rua de São Pedro na face Este. É uma praça dominada pela já referida Igreja, onde a pequena praça se desenha para estender a entrada principal da Igreja. A Igreja e o comércio existente estabelecem algumas polaridades que podem vir a beneficiar com a remodelação da praça. No entanto, a Igreja é um dos pontos fortes desta praça que pretendemos realçar. É de referir a grande desorganização em termos de mobiliário, mais especificamente a difusão de caixotes do lixo e de separação de resíduos quase indiscriminadamente. Intenções: A área em estudo é de cerca de 1.902 m², e em termos altimétricos é um espaço praticamente plano. Depois da cuidada observação do sítio, compreendidas as condicionantes e condições programáticas, definiu-se um conjunto de intenções: pretendeu-se com esta proposta a valorização de todo o espaço, realçando algumas especificidades da Praça Manuel Fialho Recto, enquadrando-a sempre no espaço envolvente; criar uma nova dinâmica na praça, aumentando-a, dignificando a entrada da Igreja Matriz e beneficiando também o comércio existente; sobrelevação dos arruamentos da praça, tornando os peões soberanos, e os veículos subordinados; criar uma zona de manutenção para idosos, uma zona de estadia com equipamentos geriátricos; colocação de mais vegetação arbórea, essencial para a criação de sombras na estação seca; reorganização do estacionamento e dos equipamentos presentes, ecopontos, contedores de lixo geral, cabine telefónica, paragem de autocarros e bebedouro.</p>		
DATA DE INÍCIO	2017		
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-		
INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	107.000 €	0 €	107.000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	107.000 €	0 €	107.000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAL	107.000 €	0 €	107.000 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Regeneração urbana do Centro Histórico São Pedro do Corval	-	107.000 €	0 €	107.000 €
Edifícios	-	-	0 €	0 €	0 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	1.902 m ²	1.902 m ²

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	4	6

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz
ÁREA A INTERVIR	Espaço público: 1488 m ² Edifício: 990 m ²
TIPO DE INTERVENÇÃO	<p>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</p> <p>O Largo do Cruzeiro encontra-se no coração da aldeia, junto à igreja Setecentista de São Marcos do Campo. É um espaço que é cruzado por vários acessos, dos quais de Norte para Sul, é atravessado pela Rua Dr. José Mestre Batista e Rua Nova. A área em estudo é de cerca de 1.488 m² e em termos altimétricos é um espaço praticamente plano. Distinguiram-se algumas áreas funcionais do espaço, que podem estabelecer algumas polaridades, dentre as quais a já mencionada Igreja de São Marcos do Campo, o edifício que se encontra no centro da intervenção e que alberga uma pequena tasca, um multibanco e alguns pontos de comércio diverso. A Igreja é um dos pontos fortes desta Praça e que pretendemos realçar.</p> <p>Contíguo deste espaço publico encontra-se um edifício degradado – Sociedade Harmonia Sanmarquense – que necessita de intervenções ao nível alvenarias, cobertura, revestimentos, pavimentos, carpintarias e serralharias, cantarias, pinturas infraestruturas de água, esgotos, eletricidade e ITED e arranjos exteriores.</p>
DATA DE INÍCIO	2016
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-

Regeneração urbana do Centro Histórico de São Marcos do Campo

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	324.209,73 €	0 €	324.209,73 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	324.209,73 €	0 €	324.209,73 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAL	0 €	0 €	0 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.3.5 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos Monsaraz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Regeneração urbana do Centro Histórico São Marcos do Campo	-	169.575,87 €	0 €	169.575,90 €
Edifícios	Sociedade Harmonia Sanmarquense	-	154.633,83 €	0 €	154.633,83 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m ²)	1.488 m ²	1.488 m ²
Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m ²)	990 m ²	990 m ²

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	4	6

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

O presente Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) para a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, que complementa o Plano de Desenvolvimento Social existente <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-viver/social/Paginas/Rede-Social-do-Concelho.aspx> incide essencialmente sobre uma zona, definidos de acordo com os critérios pré-estabelecidos no Aviso de Candidatura, o Bairro 25 de Abril (ver Figura 1 do ponto 7 do PAICD), em São Pedro do Corval. Paralelamente a esta zona, existem outros locais de intervenção, como por exemplo um edifício propriedade do Município na cidade de Reguengos de Monsaraz, com o propósito de criar uma unidade de Apoio Social Habitacional (ver Figura 2 do ponto 7 do PAICD), entre outros, com o fim de realojamento de famílias desalojadas, em consequência da conclusão da primeira parte do projeto “Realojar para integrar”, que envolve a demolição e regeneração urbana do Largo da Escola e a eliminação de um pequeno núcleo de construção precária, e para criação de uma bolsa de habitação social, o que corresponde à segunda parte do projeto (ver Figura 3 do Ponto 7 do PAICD).

No que concerne às comunidades desfavorecidas identificadas, será necessário potenciá-las com intervenções carácter físico (material) e social (imaterial). Estas últimas, apesar de não serem financiadas no âmbito do presente PEDU, visam a inclusão social destas comunidades, constituindo-se como um elemento complementar integrador e potenciador do bem-estar das comunidades desfavorecidas.

No domínio das habitações sociais do Bairro 25 de Abril, situado na localidade de São Pedro do Corval, freguesia de Corval, concelho de Reguengos de Monsaraz, são necessárias obras de restauro de canalizações, pavimentação interior e obras de reparação e ou limpeza. As habitações que integram este bairro foram construídas há mais de três décadas e, através de escritura datada de 16 de Outubro de 2003, foram transferidas um total de 35 habitações deste Bairro, pelo IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (atual IHRU, I.P.) para a propriedade do Município de Reguengos de Monsaraz, um total de 35 habitações deste bairro. O município possui, atualmente, 25 fogos de habitação no Bairro 25 de Abril, em São Pedro do Corval, que são arrendadas em regime de renda apoiada e onde residem um total de 55 pessoas. O parque habitacional é de elevada idade, revelando uma degradação do edificado a necessitar de intervenção, pretendendo-se intervir no património edificado, requalificando-o, contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias mais vulneráveis (ver Figuras 4 a 8 do Ponto 8 do PAICD).

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

O direito a uma habitação condigna está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948, passando a integrar o conjunto dos direitos humanos universalmente aplicáveis e reconhecidos. Segundo o n.º 1 do artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é citado: “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade”.

Os fenómenos de desemprego e precariedade do emprego, bem como o baixo nível de instrução, baixos rendimentos de pensões, nível salarial reduzido e a escassa atividade económica afetam um número significativo das famílias residentes no Bairro 25 de Abril (ver Tabelas do Ponto 6 do PAICD). Por outro lado a ausência de atividades de tempos livres, nomeadamente nos períodos de férias escolares, para crianças e jovens é um dos fatores que pode contribuir para a adoção de comportamentos de risco. Pretende-se assim promover a inclusão social através da ocupação de tempos livres das crianças e jovens, de forma saudável, através da dinamização do *atelier* “Vamos Criar”, um projeto composto por um conjunto de ações imateriais que, embora não estejam contempladas neste PEDU, têm uma ação enquadrada na PI 9.4, no âmbito da ITI.

A Olaria de São Pedro do Corval é uma referência do concelho de Reguengos de Monsaraz, para além de representar um elemento da sua identidade e especificidade, constituindo-se numa mais-valia local.

São Pedro do Corval, o maior centro oleiro da Península Ibérica, conta atualmente com 22 olarias em funcionamento. A criação do Centro Interpretativo da Olaria “Casa do Barro”, já no decurso do presente ano, visa promover a olaria de São Pedro do Corval, assegurando a sua sustentabilidade, e preservar uma importante parte da cultura e história do concelho. Tem ainda o propósito de divulgar e promover as suas gentes e tradições, proporcionando a todos os visitantes o conhecimento e a aprendizagem sobre a olaria e o barro.

O Centro Interpretativo será o passo fulcral na preservação da arte oleira, que servirá de âncora a todos à atividade oleira, centrando informações que a todos sirvam e interessem, promovendo atividades diversas, tais como, “oficinas” para públicos diversos, palestras, musealização do espólio Corvalense. Irá reunir-se aqui documentação de cariz diverso, como publicações impressas, vídeos, fotografias... Será ainda decisiva a promoção e divulgação da olaria enquanto património material e imaterial, potencializando uma intervenção ativa por parte dos oleiros.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

Aliando a recente criação do Centro Interpretativo da Olaria de São Pedro do Corval à necessidade de ocupação de tempos livres das crianças e jovens residentes no Bairro 25 de Abril, situado na mesma localidade, dinamizar-se-á o *atelier* “Vamos Criar”, a funcionar no período de férias escolares onde este grupo poderá manusear o barro e participar no acto de produzir uma peça de barro numa roda de oleiro. O projeto será dinamizado pelos oleiros da freguesia, que já não se encontram em atividade, mas que possuem todos o saber de uma vida na arte oleira. A dinamização deste projeto contribuirá essencialmente para:

- O desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens;
- Ocupação de tempos livres de forma activa e saudável;
- Fomentar relações de intergeracionalidade;
- Promoção junto das novas gerações o gosto pela olaria, envolvendo os grupos-alvo na preservação da tradição.

A nível nacional, o direito à habitação vem consagrado na Constituição da República Portuguesa, aprovado pelo Decreto de 10 de abril de 1976, como um direito social. Estabelece o n.º 1, do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. No atual contexto económico-financeiro do País, é previsível que o direito à habitação se torne muito menos efetivo do que já foi. O desemprego atingiu níveis recorde e muitas famílias sofreram quebras abruptas nas suas fontes de rendimentos, tendo, nomeadamente, de devolver as casas ao banco ou ao senhorio, caso não consigam pagar a renda. Estes agregados familiares deparam-se com vários constrangimentos face ao mercado habitacional ou de arrendamento, pois a sua incapacidade de aceder ao mercado de arrendamento privado é premente e, por outro lado, o mercado social de arrendamento é escasso, sendo muitas vezes inexistente. Muitas famílias descerão, com certeza, abaixo do nível da dignidade humana. Além das dificuldades económicas que as famílias atravessam, a crise económico-financeira em que mergulhou Portugal, acentuou ainda outros fenómenos de vulnerabilidade e emergência social, incluindo os relativos à violência doméstica.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

As políticas sociais de habitação são realidades dinâmicas e aplicadas em contextos concretos, que, atualmente, se confrontam com fenómenos como o crescimento da exclusão social e territorial, a estigmatização das populações que usufruem de alojamento social, a instabilidades decorrente das novas estruturas familiares, dos desequilíbrios demográficos, nomeadamente o envelhecimento da população, os fluxos migratórios, o desemprego e nova pobreza, bem como novos comportamentos gerados por valores e modos de vida emergentes ou novos riscos ao nível da segurança individual e coletiva e, por outro lado, com a degradação gradual dos bairros de habitação social construídos há algumas décadas e com a falta de habitação social para dar respostas à elevada procura dos agregados familiares mais carenciados.

As políticas sociais de alojamento e realojamento são complexas, mobilizam elevados recursos públicos e privados e a sua concretização tem impactos decisivos sobre o bem ou mal estar coletivo, como o futuro das gerações, o conflito ou a coesão social dos territórios, o desenvolvimento económico, o equilíbrio ecológico ou o acentuar dos problemas, o aprofundamento dos laços e solidariedades locais ou as ruturas sociais, a articulação ou não com os diferentes sistemas sociais como a educação, o emprego, a saúde, os transportes e a cultura.

No entanto, o Estado tem deveres no que diz respeito à habitação, tal como vem consagrado no n.º 2 do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa. Por sua vez, a nível local, os municípios detêm atribuições e competências no âmbito da habitação ao nível da promoção da habitação social e da gestão do respetivo património municipal.

As políticas sociais de habitação desenvolvidas ao longo dos anos pelo Município de Reguengos de Monsaraz, ou que se encontram em fase de planeamento, são compostas por medidas de apoio que visam, sobretudo a valorização da qualidade de vida da sua população, seja pela via do realojamento de pessoas que vivem sem condições de habitabilidade, do alojamento de pessoas carenciadas ou que se encontrem em situação de necessidade habitacional urgente e ou temporária ou pela regeneração urbana dos edifícios municipais afetos à habitação social. É esta a estratégia do Município de Reguengos de Monsaraz, nesta área, em que tais intervenções só se complementam com outras intervenções de cariz social, com vista a uma inclusão e desenvolvimento social.

A atribuição de um fogo social não é a finalização do processo de melhoria de condições habitacionais, mas antes o início de um processo de socialização e de melhoria da qualidade habitacional dos munícipes; outrossim, constitui a garantia do acesso a uma habitação condigna no que diz respeito à população mais carenciada ou aos agregados familiares em risco de exclusão social.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

Por outro lado, a regeneração urbana assume-se, na atualidade, como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de regeneração urbana e revitalização das cidades, em particular das suas zonas mais degradadas e de qualificação do parque habitacional, tendo como finalidade a sustentabilidade e a harmonização de todo o ambiente que envolve o meio urbano para os seus utilizadores e a garantia de uma habitação condigna para todos.

No conceito de regeneração urbana, tal como previsto no regime jurídico da regeneração urbana, aprovado pelo DL n.º 307/ 2009, de 23 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/ 2012, de 14 de Agosto e pelo DL n.º 136/ 2014, de 09 de Setembro, estão incluídas as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios.

A regeneração urbana dos fogos de habitação social no Bairro 25 de Abril, situado na localidade de São Pedro do Corval, freguesia de Corval, concelho de Reguengos de Monsaraz, visa tornar atrativos aqueles espaços em vias de degradação, permitindo a sua integração no tecido urbano, indo, no entanto, muito mais além do que a pura lógica de regeneração urbana interna. A coesão social e a luta contra a segregação espacial adquirem também uma especial relevância nesta questão relacionada com a regeneração urbana. Os arrendatários são, sobretudo, pessoas com carências socioeconómicas, com grandes níveis de desempregabilidade e com um baixo nível de escolaridade.

É necessário aumentar e fomentar a autoestima destes moradores, sobretudo dos mais jovens, e proporcionar uma maior integração social. Pretende-se, assim, desenvolver, em paralelo com a intervenção de carácter físico de regeneração urbana dos fogos de habitação social, um conjunto de respostas integradas no domínio da ocupação dos tempos livres das crianças e jovens, com o objetivo de evitar que estes jovens, que estão inseridos em agregados familiares mais carenciados, assumam comportamentos desviantes e de risco, estimulando ainda o empreendedorismo jovem. Neste sentido, e porque houve grande interesse da parte de 25 moradores proprietários privados do Bairro 25 de Abril, o município contabilizar cerca de 5.000 eur por habitação sob a forma de instrumento financeiro, totalizando um valor de 125.000 €, tendo em conta as visíveis recuperações efetuadas pelos próprios moradores do bairro; correspondendo a menos de 1/3 do valor previsto para o conjunto de ações do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

A falta de habitação social e a elevada procura desta habitação por agregados familiares carenciados no concelho de Reguengos de Monsaraz, leva a que uma das prioridades das políticas sociais e de habitação do Município de Reguengos de Monsaraz seja ainda a regeneração urbana de prédios urbanos devolutos que permita a criação e gestão de uma bolsa de habitação social, com o objetivo de garantir o acesso a uma habitação condigna a mais agregados familiares e a pessoas ou agregados familiares que se encontrem em situações de necessidade habitacional urgente e ou temporária, nomeadamente decorrentes de desastres naturais e calamidades ou de outras situações de vulnerabilidade e emergência social e perigo físico ou moral para as pessoas e promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Num contexto de estratégia de desenvolvimento sustentável é indispensável intervir, de forma a minimizar carências específicas de alguns grupos da população, através da criação de medidas/respostas complementares às existentes nas áreas da acção social, saúde, habitação, educação, promovendo a inclusão de cidadãos que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

O Município possui um prédio urbano em propriedade total de rés-do-chão e primeiro andar que se compõe de 7 compartimentos no 1.º andar e 12 compartimentos no rés-do-chão, inscrito na matriz predial em 1961, com uma área de 200 m², situado na cidade de Reguengos de Monsaraz (ver Figuras 9 e 10 do Ponto 8 do PAICD).

É intenção do município proceder à regeneração urbana do respetivo prédio urbano, com o objetivo de criar um equipamento de Apoio Residencial Temporário, que dará resposta ao número crescente de situações de emergência social com que se depara, que se traduzem em:

- Crescente número de vítimas de maus tratos/ violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores e/ ou dependentes;
- Desalojamento súbito da habitação, associada a situações de desemprego, saúde, perda de rendimentos...;
- Ações de despejo por incapacidade de assegurar os encargos com a habitação própria;
- Situações de emergência social, designadamente, inundações, incêndios ou outras catástrofes de origem natural ou humana.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

O equipamento Apoio Residencial Temporário destina-se ao alojamento de munícipes, que em situação de emergência, careçam de apoio a nível sócio-habitacional, o qual visa constituir uma resposta de alojamento municipal, promovendo estratégias de reforço da autoestima e de autonomia pessoal e social, assegurando condições de estabilidade de modo a promover a reorganização das atividades da vida diária. A permanência no Apoio Residencial Temporário deverá corresponder ao tempo necessário à (re)integração social e habitacional dos seus beneficiários.

Este equipamento terá uma complementaridade com o apoio no acesso à educação e formação, emprego e habitação, elementos preponderantes para a inclusão social, através das seguintes atividades a desenvolver:

- Apoio à satisfação das necessidades básicas, nomeadamente alojamento, higiene e segurança;
- Apoio psicológico e social, facilitadores da reintegração social;
- Informação e apoio jurídico;
- Encaminhamento para ações de formação, que permitam a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais;
- Encaminhamento para programas e medidas promotoras de autonomia pessoal e familiar;
- Apoio na continuidade e conclusão da escolaridade obrigatória;
- Articulação com rede de Instituições locais com vista à (re)integração social.

Concluindo, pretende-se que este equipamento possa complementar o vasto leque de medidas de política social de proximidade, existentes atualmente no município, nomeadamente:

- Serviço de atendimento social;
- Serviço de psicologia;
- Loja social;
- Cartão social do munícipe;
- Hortas urbanas;
- Arrendamento a custos controlados;
- Projetos de envelhecimento ativo.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

Neste contexto, os objetivos gerais da estratégia do Município de Reguengos de Monsaraz, que envolve as comunidades desfavorecidas, visam a i) promoção do acesso a uma habitação condigna, como instrumento estratégico para a inclusão e desenvolvimento social, e ii) a promoção da regeneração urbana da habitação social, que garanta uma melhor qualidade de vida e uma maior integração social dos munícipes. Para combater tal desiderato, as ações previamente identificadas concretizam-se em objetivos específicos:

- Promover a erradicação de alojamentos precários sem condições de habitabilidade;
- Promover a integração habitacional na malha urbana das populações a desalojar dos alojamentos precários;
- Promover a inserção e inclusão social das famílias realojadas, desejavelmente com outras formas de apoio social;
- Promover o acesso à habitação social, especialmente dirigida às famílias cujos rendimentos não permitem aceder ao mercado imobiliário;
- Criar condições para proporcionar o acesso à habitação em regime de arrendamento apoiado a indivíduos ou agregados familiares que se encontrem em situação de necessidade habitacional urgente e ou temporária;
- Melhorar as condições de vida da população;
- Criar e gerir uma bolsa de habitação social;
- Romper com o ciclo intergeracional de reprodução de condições precárias de vida;
- Promover o reforço da cidadania;
- Favorecer o acesso ao emprego;
- Valorizar o território, garantindo uma coerência urbanística e paisagística entre o património edificado e do espaço público;
- Melhorar a imagem, a atratividade e a competitividade do território municipal, de forma a contribuir para a estratégia de desenvolvimento sustentável do Município;
- Promover a qualidade habitacional, apoiando as famílias carenciadas na recuperação e melhoria dos fogos de habitação social degradados;
- Dinamizar iniciativas de intervenção social junto dos agregados familiares mais carenciados;
- Promover o empreendedorismo nas crianças e jovens integrados em meios particularmente desfavorecidos e que se encontram em risco de exclusão social;

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

- Proporcionar melhores condições de vida da população;
- Promover uma maior integração social dos arrendatários em regime de arrendamento apoiado.

Delineada a estratégia para as comunidades desfavorecidas no Concelho de Reguengos de Monsaraz, é de referenciar que as intervenções propostas nesta área articulam-se e complementam-se com ações imateriais integradas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alentejo Central.

Em destaque, estão enquadrados os projetos em baixo descritos no âmbito da ITI Alentejo Central:

- PI 9.1 Bolsa de Voluntariado que visa o alargamento de uma bolsa de voluntariado;
- Programa Cultura para todos: inclusão pela cultura, que visa promover a inclusão social em territórios de baixa densidade junto de populações isoladas e de outros grupos socialmente excluídos;
- Posto Móvel de Acesso à Internet: desenvolvimento do projeto “Cliques para inclusão”, cujas atividades visam contribuir de forma ativa para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais de cidadãos oriundos de meios particularmente desfavorecidos, famílias desestruturadas;
- Plano distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e fomento da sua empregabilidade, pretendendo-se aplicar o conceito de Território Inclusivo, Acessível e Participado;
- Activ-IDADE (PI 9.4), visando a promoção da qualidade de vida, do bem-estar e do envelhecimento ativo e saudável da população sénior, através da promoção e fomento da aprendizagem ao longo da vida e do convívio e lazer de qualidade, numa base territorial alargada, que envolve o território do Alentejo Central;
- Plano de Prevenção do abandono escolar e de apoio a necessidades educativas no concelho de Reguengos de Monsaraz (PI 10.1), visando a implementação de medidas integradas para a redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso a um ensino de boa qualidade através de diferentes atividades, como *workshops* e apoio escolar aos alunos de 1.º, 2.º e 3.º ciclos;

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S) EM QUE SE PRETENDE ATUAR, DELIMITAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO (CONT.)

- Programa Intermunicipal de combate ao apoio escolar, visando uma intervenção centrada na correção de desigualdades de oportunidades de acesso ao ensino por via da sinalização e minimização/ superação de debilidades e fragilidades ainda verificadas no sistema de educação/ família, através de iniciativas preventivas e corretivas concertadas dos vários intervenientes no processo educativo que permitam detetar precocemente eventuais situações de abandono escolar e de absentismo;
- Garantia da coerência e complementaridade das atividades inseridas na estratégia para as Comunidades Desfavorecidas, através de intervenções imateriais tipificadas na Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do Grupo de Ação Local (GAL) Alentejo Central, desenvolvida pela entidade MONTE que acolhem a PI 9.6 e 9.10.

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4.2 PROGRAMA DE AÇÕES

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
EIXO/MEDIDA	Eixo 9.8
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz
IDENTIFICAÇÃO COMUNIDADE A INTERVIR	População residente no Bairro 25 de Abril, em São Pedro do Corval
TIPO DE INTERVENÇÃO	<p>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</p> <p>O Município de Reguengos de Monsaraz é, desde Outubro de 2003, proprietário e responsável pela gestão do património habitacional que pertencia ao IGAPHE. Assim, possui atualmente 25 fogos de habitação social, num conjunto de 62 fogos que constituem o Bairro 25 de Abril, situado em São Pedro do Corval, na freguesia de Corval. Caracterizam-se por moradias unifamiliares, de tipologias diversas, desde o T1 ao T4. Estes fogos de habitação social servem de residência habitual para um conjunto de agregados familiares, num total de 55 pessoas, através do arrendamento no regime de renda apoiada, observando-se algumas situações de sobrelotação nestas habitações.</p> <p>Este parque habitacional de idade elevada, revela uma degradação do edificado a necessitar de intervenção. Pretende-se intervir no património edificado, requalificando-o, contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias mais vulneráveis.</p> <p>Embora não seja suscetível de financiamento ou previsto neste PEDU, o município visa o planeamento de ações imateriais com vista à integração socioeconómica da população residente no bairro. A atual ausência de atividades de tempos livres, nomeadamente nos períodos de férias escolares, para crianças e jovens é um dos fatores que pode contribuir para a adoção de comportamentos de risco.</p> <p>Pretende-se assim promover a inclusão social através da ocupação de tempos livres das crianças e jovens, de forma saudável, através da dinamização do <i>atelier</i> "Vamos Criar".</p> <p>Aliando a recente criação do Centro Interpretativo da Olaria de São Pedro do Corval à necessidade de ocupação de tempos livres das crianças e jovens residentes no Bairro 25 de Abril, situado na mesma localidade, dinamizar-se-á o <i>atelier</i> "Vamos Criar", a funcionar no período de férias escolares onde este grupo poderá manusear o barro e participar no ato de produzir uma peça de barro numa roda de oleiro. O projeto será dinamizado pelos oleiros da freguesia, que já não se encontram em atividade, mas que possuem todos o saber de uma vida na arte oleira. Este Município no âmbito da ITI, tem ações enquadradas nas PIs 9.1; 9.4; 9.7; 10.1, onde pretende realizar atividades com estas comunidades locais – Plano de Intervenção Social na Comunidade. Mais através das PI 9.6 e 9.10, no âmbito da DLBC, que se encontra em desenvolvimento também existem possibilidades de se implementarem ações que respondem a problemas de pobreza e de exclusão social.</p>
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-

Projeto Sementes para integração Regeneração urbana dos 25 fogos de habitação social propriedade do município, situados no Bairro 25 de Abril, em São Pedro do Corval

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	425.000 €	125.000 €	425.000 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	300.000 €	125.000 €	425.000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
TOTAL	300.000 €	125.000 €	425.000 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4.2 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz NATUREZA DO INVESTIMENTO		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	-	-	0 €	0 €	0 €
Edificado	Regeneração urbana dos fogos de habitação social do Bairro 25 de Abril	-	300.000 €	125.000 €	425.000 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização	-	-	0 €	0 €	0 €
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo	-	-	0 €	0 €	0 €
Interv. integração da população	-	-	0 €	0 €	0 €
Combate ao insucesso e abandono escolar	-	-	0 €	0 €	0 €
Formação profissional de jovens NEET	-	-	0 €	0 €	0 €
Ocupação de tempos Livres	-	-	0 €	0 €	0 €
Formação e inclusão de desempregados de longa duração	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações integração de imigrantes e comun. ciganas	-	-	0 €	0 €	0 €
Outros	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	50	50
INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	4	6

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4.2 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
EIXO/MEDIDA	Eixo 9.8
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz
IDENTIFICAÇÃO COMUNIDADE A INTERVIR	Municípios que, em situação de emergência, careçam de apoio a nível sócio-habitacional
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
<p>Apoio Social Habitacional Regeneração urbana de prédio municipal, para criação de Apoio Residencial/ Social Temporário</p>	<p>O município possui um prédio urbano em propriedade total de rés-do-chão e 1.º andar que se compõe de 7 compartimentos no 1.º andar e 12 compartimentos no rés-do-chão, inscrito na matriz predial em 1961, com uma área de 200 m², situado na cidade de Reguengos de Monsaraz. É intenção do município proceder à regeneração urbana do respetivo prédio, com o objetivo de criar um equipamento de Apoio Residencial Temporário, que dará resposta ao número crescente de situações de emergência social com que se depara. O equipamento Apoio Residencial Temporário destina-se ao alojamento de munícipes, que em situação de emergência, careçam de apoio a nível sócio-habitacional. Este equipamento visa constituir uma resposta de alojamento municipal, promovendo estratégias de reforço da auto-estima e de autonomia pessoal e social, assegurando condições de estabilidade de modo a promover a reorganização das actividades da vida diária. Este equipamento terá uma complementaridade com o apoio no acesso à educação e formação, emprego e habitação, elementos preponderantes para a inclusão social, através das seguintes atividades a desenvolver:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio à satisfação das necessidades básicas, nomeadamente alojamento, higiene e segurança; ▪ Apoio psicológico e social, facilitadores da reintegração social; ▪ Informação e apoio jurídico; ▪ Encaminhamento para acções de formação, que permitam a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais; ▪ Encaminhamento para Programas e Medidas promotoras de autonomia pessoal e familiar; ▪ Articulação com rede de Instituições locais com vista à (re)integração social. <p>Estamos perante um projeto que se articula com o espaço urbano designado "Parque de estacionamento do Rossio de RM" que se pretende regenerar no âmbito deste programa.</p> <p>Este Município no âmbito da ITI, tem ações enquadradas nas PIs 9.1; 9.4; 9.7; 10.1, onde pretende realizar atividades com estas comunidades locais – Plano de Intervenção Social na Comunidade. Mais através das PI 9.6 e 9.10 no âmbito da DLBC que se encontra em desenvolvimento também existem possibilidades de se implementarem ações que respondem a problemas de pobreza e de exclusão social.</p>
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	40.000 €	0 €	40.000 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	40.000 €	0 €	40.000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
TOTAL	40.000 €	0 €	40.000 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

5.4.2 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	-	-	0 €	0 €	0 €
Edificado	Apoio social habitacional	-	40.000 €	0 €	40.000 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização	-	-	0 €	0 €	0 €
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo	-	-	0 €	0 €	0 €
Interv. integração da população	-	-	0 €	0 €	0 €
Combate ao insucesso e abandono escolar	-	-	0 €	0 €	0 €
Formação profissional de jovens NEET	-	-	0 €	0 €	0 €
Ocupação de tempos Livres	-	-	0 €	0 €	0 €
Formação e inclusão de desempregados de longa duração	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações integração de imigrantes e comun. ciganas	-	-	0 €	0 €	0 €
Outros	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m ²)	2.603,43 m ²	2.603,43 m ²
Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	2	2

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	4	6

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO (cont.)

5.4.2 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
EIXO/ MEDIDA	Eixo 9.8
AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz
IDENTIFICAÇÃO COMUNIDADE A INTERVIR	- Famílias a viver em habitações degradadas, caracterizadas por situações de desemprego, baixa escolaridade, insuficiência de rendimentos, pobreza e exclusão social; - Famílias a de etnia cigana a viver em construções móveis sem condições de habitabilidade, caracterizadas por situações de desemprego, baixa escolaridade, pobreza e exclusão social.
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Realojar para Integrar a) Demolição e regeneração do denominado Largo da Escola Primária, junto ao Centro Escolar de Reguengos de Monsaraz, onde residem 3 agregados familiares b) Processo de eliminação de pequeno núcleo de construção precária (construções moveis sem condições de habitabilidade) junto à Linha da CP, onde residem dois agregados familiares c) Regeneração de prédios urbanos propriedade do Município, para realojamento das famílias desalojadas e para criação de bolsa de habitação social	c) O Município de Reguengos é proprietário de vários prédios urbanos que não reúnem condições mínimas de habitabilidade e que necessitam de reabilitação para que reúnam essas condições. Estes prédios urbanos situam-se quer na cidade de Reguengos, quer nas freguesias rurais do concelho. A estratégia de intervenção consubstancia-se na promoção do realojamento das famílias a desalojar do Largo da Escola Primária e da Linha junto à CP, privilegiando o aproveitamento do edificado, no sentido de evitar as tendências que se verificam (casas degradadas e nova construção). A reabilitação de prédios urbanos devolutos também permitirá ao Município a criação de uma bolsa de habitação social, que permitirá promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, em especial dos grupos mais vulneráveis. Este Município no âmbito da ITI, tem ações enquadradas nas PIs 9.1, 9.4, 9.7 e 10.1, onde pretende realizar atividades com estas comunidades locais – Plano de Intervenção Social na Comunidade. Mais através das PI 9.6 e 9.10 no âmbito da DLBC que se encontra em desenvolvimento também existem possibilidades de se implementarem ações que respondem a problemas de pobreza e de exclusão social.
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	-

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	120.000 €	0 €	120.000 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	€	0 €	€
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	120.000 €	0 €	120.000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
TOTAL	120.000 €	0 €	120.000 €

5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO (cont.)

5.4.2 PROGRAMA DE AÇÕES (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS		AUTORIDADE URBANA	Município de Reguengos de Monsaraz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	-	-	0 €	0 €	0 €
Edificado	Realojar para Integrar - c) Regeneração de prédios urbanos propriedade do Município, para realojamento das famílias desalojadas e para criação de bolsa de habitação social	-	120.000 €	0 €	120.000 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização	-	-	0 €	0 €	0 €
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo	-	-	0 €	0 €	0 €
Interv. integração da população	-	-	0 €	0 €	0 €
Combate ao insucesso e abandono escolar	-	-	0 €	0 €	0 €
Formação profissional de jovens NEET	-	-	0 €	0 €	0 €
Ocupação de tempos Livres	-	-	0 €	0 €	0 €
Formação e inclusão de desempregados de longa duração	-	-	0 €	0 €	0 €
Ações integração de imigrantes e comun. ciganas	-	-	0 €	0 €	0 €
Outros	-	-	0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	8	8

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	4	6

6. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Neste capítulo, apresentamos os cálculos dos indicadores de realizações e de indicadores de resultados para as ações propostas neste PEDU, numa perspetiva resumida.

PI 4.5 | MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

- Planos de mobilidade urbana implementados (N.º)

Um plano de mobilidade intermunicipal do Alentejo Central elaborado pela CIMAC, sendo monitorizado através do sucesso da implementação.

- Emissão estimada dos gases com efeito de estufa (Ton de CO₂ por Km²)

Calculado com base na fórmula $C \times P \times D \times 0,6214$, sendo que C corresponde à quantidade mensal de carros, P à quantidade de passagens pelo centro da cidade e D à quantidade de quilómetros afetos à intervenção pretendida. Para o cálculo das toneladas de carbono, considerámos 50 passagens pelo centro da cidade, por nem todas as viagens serem de ida e volta, durante 30 dias e a taxa de conversão de (para utilização numa aplicação *online* de cálculo de Ton de CO₂ por mi²), assumindo uma redução prevista de cerca de 20%, relativamente aos valores de 2009 (66 Ton de CO₂ por Km²), considerando em média uma redução de cerca de 2,64 Ton de CO₂ por ação proposta, o que perfaz um total de 13,2 Ton de CO₂ por Km².

Por uma questão de compatibilidade da série estatística, os mecanismos de recolha de emissões corresponderão à atual rede de Estações de Medição de CO₂, sob gestão da APA – Agência Portuguesa do Ambiente ou outras que esta entidade tutelar entretanto, implementar no território municipal.

PI 6.5 | REGENERAÇÃO URBANA

- Desenvolvimento urbano

- Espaços abertos criados ou reabilitados e edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²)

- Calculado através do somatório das áreas dos espaços a regenerar no âmbito das ações propostas, prevendo-se que em 2019 esteja todo o espaço reabilitado. As atividades de acompanhamento serão efetuadas no terreno e pelos serviços técnicos do município. Até à data, foram criados/reabilitados cerca de 91.410 m² de espaços abertos e cerca de 5.861 m² de edifícios públicos ou comerciais, em áreas urbanas, pretendendo-se regenerar até 2023 cerca de 14.275 m² de espaços abertos e cerca de 1.750 m² de edifícios públicos ou comerciais.

6. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)
- Calculado através dos resultados obtidos com a aplicação de inquéritos de satisfação à população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz, os quais serão realizados antes e após as intervenções, não só em 2019, mas também em 2023. Embora nunca se tenham realizado inquéritos de satisfação à população, pretende-se que os resultados sejam extremamente positivos, na ordem dos 6 pontos, em 2023.

PI 9.8 | COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

- Desenvolvimento urbano
 - Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º): calculado através do somatório das habitações a regenerar no âmbito das ações propostas, prevendo-se que em 2019 esteja todo o espaço regenerado. As atividades de acompanhamento serão efetuadas no terreno e pelos serviços técnicos do município, pretendendo-se regenerar até 2023 cerca de 60 habitações.
- Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)

Calculado através dos resultados obtidos com a aplicação de inquéritos de satisfação à população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz, os quais serão realizados antes e após as intervenções, não só em 2019, mas também em 2023. Embora nunca se tenham realizado inquéritos de satisfação à população, pretende-se que os resultados sejam extremamente positivos, na ordem dos 6 pontos, em 2023.

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

7.1 MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO QUE ASSEGUREM A PROSSECUÇÃO DO PLANO COM EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, INCLUINDO A DESCRIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

A concretização das iniciativas estabelecidas no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) pressupõe não só um compromisso em torno de uma visão de futuro e um plano de ação, mas também em torno de um processo de gestão e governação transparente e clara sobre as diferentes responsabilidades, recursos a mobilizar e resultados a alcançar.

Neste sentido, a definição de um modelo de governação do PEDU tem como objetivos a garantia de implementação da estratégia definida e a introdução dos mecanismos de monitorização necessários ao acompanhamento da estratégia, sendo por isso necessária a criação de um modelo de acompanhamento e gestão adequado.

Assim, propõe-se uma estrutura de governação composta por três órgãos com diferentes papéis relevantes para a implementação do PEDU:

- Órgão de direção política – Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz;
- Órgão de gestão operacional – Secretariado Executivo Municipal (Estrutura de Apoio Técnico);
- Órgão de natureza consultiva – Desenvolvimento Urbano Municipal.

Ao nível da direção política, a Câmara Municipal terá as competências de i) assegurar a concretização dos objetivos definidos no PEDU e verificar as respetivas condições de concretização, ii) coordenar a sua implementação, iii) avaliar o relatório sobre a execução do PEDU, a ser apresentado posteriormente ao Desenvolvimento Urbano Municipal, iv) acompanhar a evolução e cumprimento das iniciativas e v) assegurar a articulação com as entidades nacionais e regionais de tutela, bem como com entidades públicas e privadas relevantes. O órgão de direção política terá reuniões mensais e será composto pelo Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e pelos vereadores com competências delegadas. Os vereadores devem apresentar perfis específicos, para garantir o sucesso das iniciativas propostas, uma vez que estarão responsáveis por acompanhar a implementação das ações e por supervisionar os diferentes intervenientes no seu cumprimento, nomeadamente nas seguintes vertentes:

- Plano de ação para a regeneração urbana – perfil com conhecimentos em Engenharia, Planeamento e Ordenamento do Território, Operações Urbanísticas, Reabilitação Urbana;
- Plano de mobilidade urbana sustentável – perfil com conhecimentos a nível dos transportes públicos e mobilidade elétrica, da requalificação do espaço público, de espaços verdes;
- Planos de ação integrados para a comunidade desfavorecida – perfil com conhecimentos ao nível do desenvolvimento social, da habitação social e da terceira idade.

Estes perfis específicos poderão ser complementarmente assegurados por uma assessoria técnica composta por um a três membros, com as competências atrás descritas.

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

7.1 MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO QUE ASSEGUREM A PROSSECUÇÃO DO PLANO COM EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, INCLUINDO A DESCRIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA (CONT.)

O papel de gestão operacional será assumido pelos serviços do Município de Reguengos de Monsaraz, como o Secretariado Executivo Municipal, tendo as seguintes competências: i) apoiar na preparação dos dossiers de candidatura e nos pedidos de pagamento, ii) atualizar os mapas de execução física e financeira das iniciativas, iii) analisar o desempenho dos indicadores e elaborar relatórios periódicos sobre a execução do PEDU e iv) colocar em prática a estratégia de comunicação. Este órgão será composto por um coordenador, três técnicos superiores com competência para análise de candidaturas, análise financeira de projeto, contratação pública, CPA, gestão da qualidade, planeamento por objetivos e auditoria financeira e um assistente técnico.

Será também nomeado um Gestor da Regeneração Urbana (GRU) que terá como principais responsabilidades: i) assegurar a articulação com os agentes da cadeia de reabilitação/ renovação do edificado, assegurando uma plataforma colaborativa que permita a monitorização do parque edificado e das ações de reabilitação urbana, de forma a dar apoio aos beneficiários de projetos no contacto com a Administração, a cargo do Eleito do Planeamento e Gestão Urbanística, ii) elaborar o relatório das atividades desenvolvidas e iii) sinalizar as situações que exigem esforço de articulação do Secretariado Executivo Municipal da Câmara Municipal ou do Presidente da Câmara Municipal.

Paralelamente, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz prestará apoio administrativo ao secretariado técnico do Desenvolvimento Urbano Municipal e produzirá relatórios com os resultados de cada reunião.

Por último, o órgão de Desenvolvimento Urbano Municipal deverá fazer um acompanhamento, através da análise da evolução dos indicadores e objetivos estabelecidos no PEDU, atuando como órgão consultivo, de forma a dar contributos que visam identificar oportunidades de melhorias no mesmo e a fornecer apoio ao processo de tomada de decisão dos restantes órgãos. As reuniões com este órgão serão tipicamente semestrais, podendo ser realizadas outras reuniões ao longo do ano se tal se justificar. Este órgão é formado por representantes do Município, pelas freguesias abrangidas pela área de ação e por um elemento escolhido da CIMAC para o plano de mobilidade urbana sustentável, plano de ação para a regeneração urbana e planos de ação integrados para a comunidade desfavorecida.

7.2 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O sucesso do PEDU e a sua correta implementação passa necessariamente pelo estabelecimento de um conjunto de mecanismos de avaliação e acompanhamento dos resultados, de forma a perceber se os indicadores de monitorização e realização definidos no âmbito do Programa de Ação e Investimento foram atingidos, nomeadamente:

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

7.2 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CONT.)

- Mecanismos de avaliação – caracterizam-se pela recolha e análise de informação relacionada com os projetos e pela elaboração de relatórios que transpareçam os resultados atingidos, permitindo apurar o contributo das medidas definidas e avaliar a eficiência e eficácia destas face à estratégia definida e aos indicadores estabelecidos;
- Mecanismos de acompanhamento – consubstanciam-se no acompanhamento do cumprimento das medidas e dos prazos estabelecidos e na montagem de um sistema de monitorização adequado à verificação periódica das realizações concretizadas ou não e dos progressos alcançados, à análise dos desvios e à formulação de correções de trajetórias e de medidas corretivas.

No sentido de aplicar o que foi enunciado, prevê-se a construção de um observatório, que permita recolher e organizar informação relevante relacionada com as realidades do concelho de Reguengos de Monsaraz e com os diferentes indicadores de monitorização dos resultados. O observatório deverá ser visto como uma estrutura de gestão do conhecimento, devendo assegurar a implementação dos seguintes mecanismos de avaliação e acompanhamento:

- Realização de reuniões de acompanhamento de projetos para garantir a execução dos mesmos, devendo estar presentes as equipas responsáveis pelo projeto em causa e a equipa de implementação correspondente;
- Realização de reuniões de acompanhamento e monitorização da estratégia, para realização de uma análise crítica sobre o trabalho desenvolvido, permitindo a identificação de medidas corretivas e ajustamentos às metodologias de execução;
- Atualização contínua do observatório e materialização dos resultados de avaliação em relatórios semestrais de execução;
- Elaboração de relatórios trimestrais de acompanhamento e execução da estratégia com a sua evolução e a verificação da implementação.

A implementação destes mecanismos será fundamental para o sucesso da estratégia, garantindo que o concelho tem uma maior capacidade de resposta para diferentes tipos de ameaças ou situações que impactem as operações. Adicionalmente, a constante monitorização e partilha de informações atualizadas e relevantes entre os *stakeholders* revela-se crucial no âmbito do projeto de forma a assegurar a coordenação plena entre todas as entidades.

Neste seguimento, o plano de atividades assume-se como o instrumento de monitorização preferencial a utilizar por parte da Câmara Municipal. Este será realizado anualmente e detalha que ações vão ocorrer nesse ano, especificando as Unidade(s) Orgânica(s)/ Funcional(is) da Câmara Municipal responsáveis pela sua execução, métricas desagregadas em vários parâmetros temporais, para possibilitar o acompanhamento e observação da evolução da ação, e fontes de informação para recolha de dados.

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

7.2 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CONT.)

O Secretariado Executivo Municipal assumirá o trabalho de implementar, junto dos responsáveis pelas medidas, os mecanismos necessários para a recolha da informação ao longo do período temporal de execução de cada uma. Esta equipa deverá proceder à recolha dos indicadores trimestralmente, elaborando um relatório de monitorização a ser presente na reunião da Câmara Municipal. Este órgão deverá também assumir responsabilidades na avaliação do mesmo, analisando os relatórios de progresso e pronunciando-se sobre o grau de cumprimento do plano, as medidas corretivas e as alterações a efetuar, elaborando um parecer que será analisado pela Câmara Municipal e, no caso do Relatório Anual, submetendo-o à apreciação do Desenvolvimento Urbano Municipal.

A Estrutura de Apoio Técnico tem a responsabilidade de proceder à atualização e análise dos indicadores qualitativos e quantitativos definidos:

- No âmbito da PI 4.5 (Mobilidade Sustentável):
 - Redução das emissões de dióxido de carbono registados (anual);
 - Nível de satisfação dos residentes com as medidas implementadas;
 - Despesas associadas aos equipamentos instalados no âmbito das ações de mobilidade sustentável;
- No âmbito da PI 6.5 (Regeneração Urbana):
 - Quantidade de edifícios reabilitados;
 - Nível de satisfação dos residentes face às reabilitações;
 - Grau de aproximação entre o estipulado e o realizado;
- No âmbito da PI 9.8 (Apoio às Comunidades Desfavorecidas):
 - Redução do abandono escolar nos bairros onde houve intervenções;
 - Taxa de adesão às diferentes ações imateriais (quantidade de presenças);
 - Nível de satisfação dos moradores com as ações realizadas (materiais e imateriais).

No seguimento da componente de responsabilidades no âmbito da comunicação e divulgação, a Secretariado Executivo Municipal deve também assegurar o envolvimento da comunidade, nomeadamente através da monitorização de:

- Quantidade de reclamações/ participações, diferenciando entre as reclamações que tenham origem na execução física das obras e as reclamações que surjam relacionadas com conceito da intervenção ou a sua pertinência;

Também o acompanhamento dos projetos e candidaturas é da responsabilidade da Secretariado Executivo Municipal que terá de:

- Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando o seu enquadramento nas regras do respetivo regulamento específico;

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

7.2 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CONT.)

- Elaborar pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos de modo a permitir ao Conselho Estratégico apresentar os seus pareceres;
- Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projeto corresponde a uma estimativa dos pagamentos a efetuar pela entidade proponente durante os anos indicados;
- Verificar os elementos de despesa relativos às operações aprovadas;
- Preparar pedidos de pagamento;
- Prestar apoio às autoridades de gestão na preparação dos relatórios de execução;
- Efetuar o acompanhamento físico e financeiro das candidaturas.

7.3 ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS

A Câmara Municipal considera que a definição de parcerias constitui um instrumento de elevada importância no apoio à operacionalização do PEDU, uma vez que permite a utilização de uma rede de *stakeholders* interessados com responsabilidades específicas na concretização das medidas municipais determinadas. A interligação entre os diferentes *stakeholders* irá permitir:

- Fomentar uma maior coordenação, nomeadamente na relação com as entidades envolvidas nos projetos e temas relacionados;
- Potenciar o trabalho em equipa, promovendo um planeamento integrado e sistemático garantindo o aumento da probabilidade de sucesso na implementação da estratégia definida e na definição de ações de mitigação, se necessário;
- Assegurar a responsabilização dos diversos intervenientes/ partes interessadas, incluindo os parceiros envolvidos nas medidas.

Assim, o envolvimento e responsabilidades dos parceiros consubstanciam-se em diferentes vertentes, nomeadamente na i) implementação de projetos, ii) análise e avaliação de projetos e iii) comunicação e publicação de informação.

7.3.1 IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS

O envolvimento e as responsabilidades dos parceiros na vertente de implementação de projetos passará por:

- Implementar as ações definidas, em concordância com a descrição e objetivos contidos nas fichas de projeto;

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

7.3 ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS (CONT.)

7.3.1 IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS (CONT.)

- Contribuir para a concretização do projeto nos termos e prazos previstos na ficha de projeto, respeitando sempre as normas legais e fiscais aplicáveis ao FEDER;
- Transmitir qualquer decisão ou modificação ao Secretariado Executivo Municipal, desde que tenha impacto nas condições estipuladas no PEDU;
- Coordenar a implementação de atividades com outras entidades, no caso de projetos com parceiros adicionais;
- Manter toda a informação relativa à elaboração e implementação dos projetos, incluindo de ordem financeira e procedimental, incluindo documentos justificativos relativos às despesas efetuadas, contabilidade organizada, pedidos de pagamento, pagamento aos restantes beneficiários, bem como responsabilizar-se pelo cumprimento das mesmas obrigações por parte dos restantes beneficiários do projeto.

7.3.2 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROJETOS

O envolvimento e as responsabilidades dos parceiros na vertente de análise e avaliação de projetos passará por:

- Participar nos mecanismos de acompanhamento por parte do Secretariado Executivo Municipal, entregando toda a documentação que seja necessária para o correto acompanhamento a nível técnico e financeiro;
- Elaborar um relatório síntese com o ponto de situação dos projetos, com periodicidade semestral, tendo por base o modelo a disponibilizar pelo Secretariado Executivo Municipal;
- Elaborar e enviar a quantificação dos indicadores do projeto no final de cada ano civil;
- Enviar com periodicidade semestral o relatório síntese com o ponto de situação para o Secretariado Executivo Municipal.

7.3.3 COMUNICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O envolvimento e as responsabilidades dos parceiros na vertente de comunicação e publicação de informação passará por:

- Proceder ou participar na divulgação dos projetos ou de todo o PEDU;
- Prestar apoio em todas as atividades de informação e divulgação do projeto, quando solicitadas pelo Conselho Municipal ou o Secretariado Executivo Municipal;
- Comunicar no final de cada ano civil todas as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto;
- Guardar e enviar no final de cada ano civil versão em papel ou eletrónica dos materiais de comunicação, publicidade ou informação elaborados no âmbito do projeto.

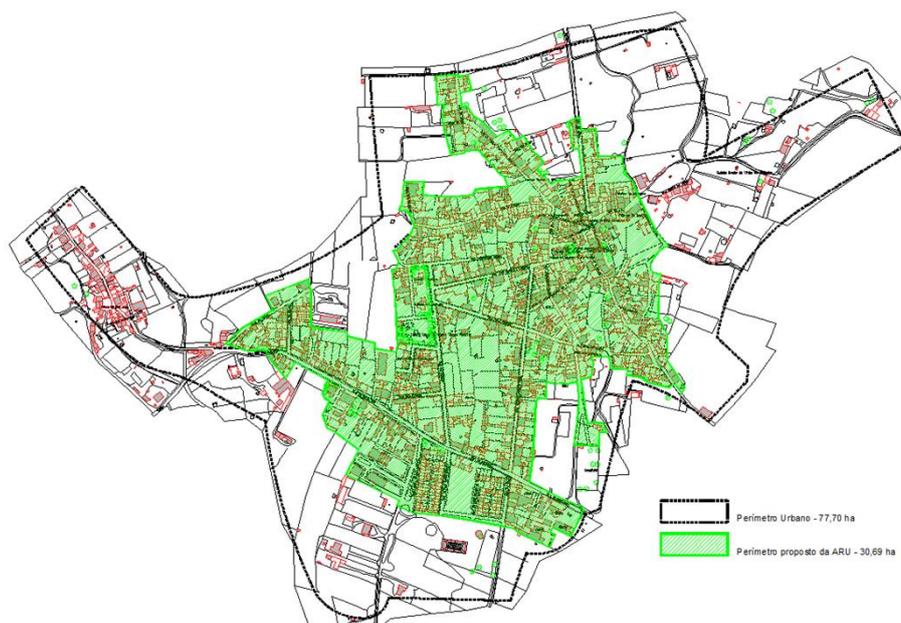
8. ANEXOS

8.1 DETALHE SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E O PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

Figura 1: ARU de Reguengos de Monsaraz



Figura 2: ARU de São Pedro do Corval



8. ANEXOS

8.1 DETALHE SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E O PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Figura 3: ARU de São Marcos do Campo

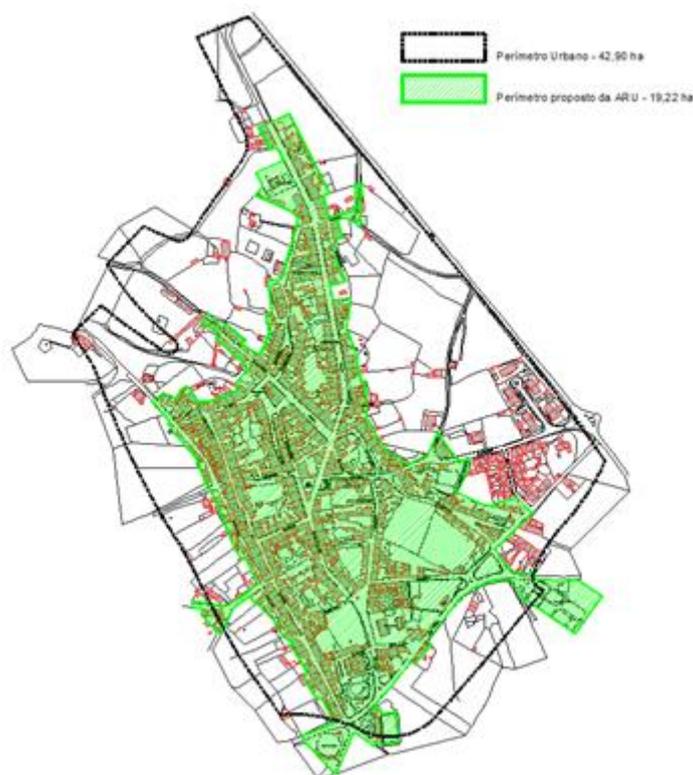


Figura 4: Área de intervenção na Praça da Liberdade



8. ANEXOS

8.1 DETALHE SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E O PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Figura 5: Área de intervenção no Largo da República



Figura 6: Área de intervenção no Largo da Escola



8. ANEXOS

8.1 DETALHE SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E O PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Figura 7: Área de intervenção junto à Linha da CP



Figura 8: Área de intervenção no edifício para apoio a microempresas



8. ANEXOS

8.1 DETALHE SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E O PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Figura 9: Área de intervenção no Centro Histórico de São Pedro do Corval



Figura 10: Área de intervenção no Centro Histórico de São Marcos do Campo



8. ANEXOS

8.1 DETALHE SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E O PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Tabela 1: População residente no concelho: crianças e jovens, adultos e reformados

LOCAL DE RESIDÊNCIA (S011)	0-24	25-64	> 65	Total
Reguengos de Monsaraz (concelho)	2651 (25%)	5563 (51%)	2614 (24%)	10.828 (100%)

Tabela 2: População residente por ARU/ freguesia: crianças e jovens, adultos e reformados

SUBÁREA (2011)	0 - 24	25-64	> 65	Total ARU
Praça da Liberdade	1.927 (27%)	3.860 (53%)	1.474 (20%)	7.261 (67%)
Largo da República				
Edifício de apoio a empresas				
Largo da Escola				
Centro Histórico de São Pedro do Corval	289 (21%)	666 (48%)	434 (31%)	1.389 (13%)
Centro Histórico de São Marcos do Campo	135 (20%)	319 (46%)	234 (34%)	688 (6%)

Tabela 3: Crescimento populacional, 2001-2011

Subárea/ Freguesia	2001	2011	Variação 2001/11	Taxa de Variação 2001/11
Concelho de Reguengos	11.382	10.828	-554	-4,87%
Praça da Liberdade	7.070	7.261	191	2,70%
Largo da República				
Edifício de apoio a empresas				
Centro Histórico de São Marcos do Campo	840	688	-152	-18,09%
Centro Histórico de São Pedro do Corval	1578	1389	-189	-11,98%

Tabela 4: Crescimento populacional, 2001-2011

	Edifícios de habitação familiar clássica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Reguengos de Monsaraz	5.899	5.919	5.976	5.995	6.014	6.026

Tabela 5: Crescimento populacional, 2001-2011

	Alojamentos familiares clássicos					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Reguengos de Monsaraz	6.413	6.425	6.376	6.395	6.417	6.432

8. ANEXOS

8.2 DETALHE SOBRE O PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Tabela 1: Dimensão do Agregado Familiar (Bairro 25 de Abril)

CASA N.º	N.º DE ELEMENTOS POR AGREGADO FAMILIAR	ADULTOS		CRIANÇAS DOS 0-17 ANOS	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1 (n.º 50)	1	-	1	-	-
2 (n.º 28)	1	1	-	-	-
3 (n.º 19)	1	1	-	-	-
4 (n.º 59)	1	1	-	-	-
5 (n.º 53)	4	1	1	1	1
6 (n.º 48)	4	1	3	-	-
7 (n.º 29)	3	2	1	-	-
8 (n.º 18)	1	-	1	-	-
9 (n.º 62)	4	2	1	-	1
10 (n.º 16)	1	-	1	-	-
11 (n.º 26)	2	1	1	-	-
12 (n.º 22)	2	1	1	-	-
13 (n.º 41)	2	1	1	-	-
14 (n.º 45)	1	-	1	-	-
15 (n.º 40)	1	1	-	-	-
16 (n.º 58)	3	2	1	-	-
17 (n.º 20)	2	1	1	-	-
18 (n.º 5)	2	1	1	-	-
19 (n.º 55)	1	-	1	-	-
20 (n.º 30)	1	-	1	-	-
21 (n.º 34)	5	2	2	1	-
22 (n.º 37)	4	1	1	1	1
23 (n.º 33)	6	3	1	-	2
24 (n.º 14)	2	1	1	-	-
Total	55	24	23	3	5

Tabela 2: Tipo de famílias (Bairro 25 de Abril)

	TOTAL	PERCENTAGEM
Alarga da	1	4%
Monoparental	2	8%
Nuclear	11	46%
Isolada	10	42%
Total	24	100%

8. ANEXOS

8.2 DETALHE SOBRE O PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Tabela 3: Distribuição por género e escalão etário da População Residente (Bairro 25 de Abril)

ESCALÃO ETÁRIO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0-14	1	3	4
15-24	9	3	12
25-64	15	19	34
65 ou mais anos	2	3	5
Total	27	28	55

Tabela 4 : Distribuição dos residentes por escalão etário, género e anos de escolaridade (Bairro 25 de Abril)

ESCALÃO ETÁRIO	GÉNERO		ESCOLARIDADE					Total	
	Masc.	Fem.	S/escolaridade	Pré escola	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo		> 9.º Ano
0-5	M	-	-	-	-	-	-	-	-
	F	-	-	-	-	-	-	-	-
6-10	M	-	-	-	-	-	-	-	-
	F	-	1	-	-	-	-	-	1
11-14	M	-	-	-	2	-	-	-	2
	F	-	-	-	1	-	-	-	1
15-19	M	-	-	-	-	3	2	5	
	F	-	-	-	-	1	2	3	
20-24	M	-	-	-	-	1	3	4	
	F	-	-	-	-	-	-	-	
25-29	M	-	-	-	-	-	1	1	
	F	-	-	-	-	-	1	1	
30-34	M	-	-	-	-	-	-	-	
	F	-	-	-	-	1	-	1	
35-39	M	-	-	-	-	-	-	-	
	F	-	-	-	1	1	-	2	
40-44	M	-	-	-	2	-	-	2	
	F	-	-	-	1	-	1	2	
45-49	M	-	-	1	2	-	-	3	
	F	-	-	1	1	-	-	2	
50-54	M	-	-	1	1	-	-	2	
	F	-	-	1	-	-	-	1	
55-59	M	-	-	2	-	-	-	2	
	F	-	-	4	-	1	-	5	
60-64	M	-	-	5	-	-	-	5	
	F	1	-	4	-	-	-	5	
65-69	M	-	-	2	-	-	-	2	
	F	-	-	1	-	-	-	1	
70-74	M	-	-	-	-	-	-	-	
	F	-	-	-	1	-	-	1	
>75	M	-	-	-	-	-	-	-	
	F	-	-	1	-	-	-	1	
Total	-	-	1	1	23	12	8	10	55

8. ANEXOS

8.2 DETALHE SOBRE O PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Tabela 5: Dimensão do Agregado Familiar e proveniência de Rendimentos (Bairro 25 de Abril)

CASA N.º	N.º ELEMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR	CRIANÇAS/ JOVENS	ADULTOS	PROVENIÊNCIA RENDIMENTOS
1	1	-	1	Pensão velhice
2	1	-	1	Pensão velhice
3	1	-	1	Rendimento Social Inserção
4	1	-	1	Pensão
5	4	2	2	Trabalho/ Subsídio desemprego
6	4	1	3	Trabalho
7	3	1	2	Trabalho/ Subsídio desemprego
8	1	-	1	Pensão invalidez
9	4	2	2	Trabalho/ Subsídio desemprego
10	1	-	1	Rendimento Social Inserção
11	2	-	2	Pensão velhice/ Pensão invalidez
12	2	-	2	Trabalho
13	2	-	2	Subsídio desemprego/ Pensão invalidez
14	1	-	1	Trabalho
15	1	-	1	Pensão invalidez
16	3	1	2	Trabalho
17	2	-	2	Trabalho/ Pensão invalidez
18	2	1	1	Pensão invalidez
19	1	-	1	Pensão invalidez
20	1	-	1	Pensão alimentos
21	5	1	4	Pensão velhice/ Subsídio desemprego
22	4	3	1	Rendimento Social Inserção
23	6	4	2	Trabalho
24	2	-	2	Pensão
Total	55	16	39	-

8. ANEXOS

8.2 DETALHE SOBRE O PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Tabela 6: Dimensão do Agregado Familiar e proveniência de Rendimentos (Bairro 25 de Abril)

CASA N.º	N.º ELEMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR	CRIANÇAS/ JOVENS	ADULTOS	PROVENIÊNCIA RENDIMENTOS
19	1	-	1	Pensão invalidez
20	1	-	1	Pensão alimentos
21	5	1	4	Pensão velhice/ Subsidio desemprego
22	4	3	1	Rendimento Social Inserção
23	6	4	2	Trabalho
24	2	-	2	Pensão
Total	55	16	39	-

Figura 1: Delimitação do Bairro 2 de Abril



Figura 2: Delimitação da Unidade de Apoio Social Habitacional



8. ANEXOS

8.2 DETALHE SOBRE O PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Figura 3: Localização dos edifícios propriedade do município para fins de habitação social

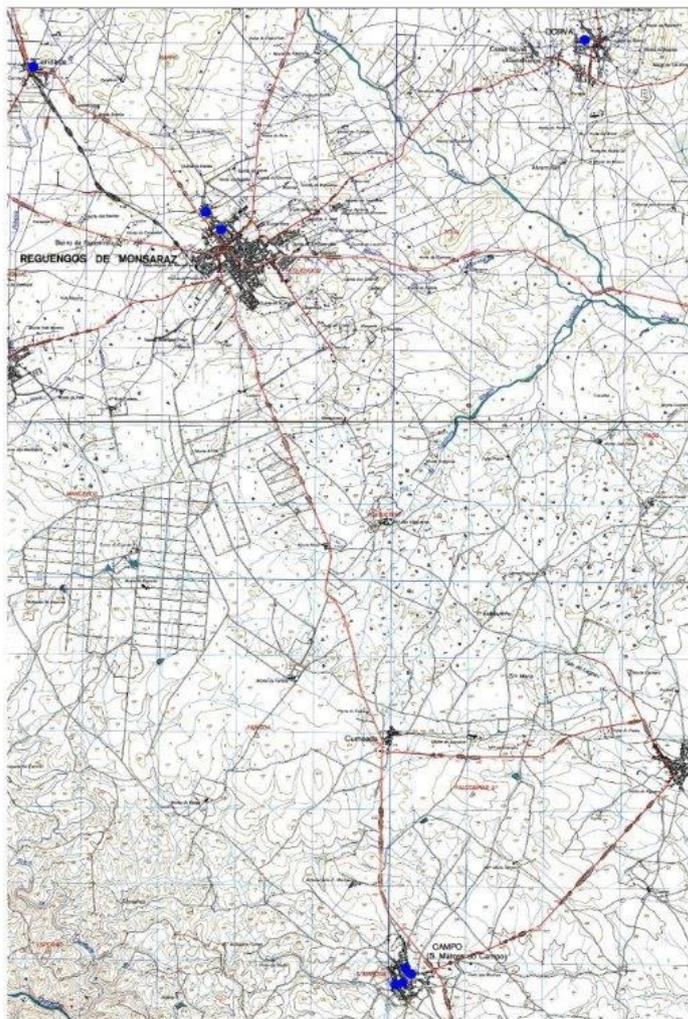


Figura 4: Bairro 25 de Abril



Figura 5: Bairro 25 de Abril



8. ANEXOS

8.2 DETALHE SOBRE O PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Figura 6: Bairro 25 de Abril



Figura 7: Bairro 25 de Abril



Figura 8: Bairro 25 de Abril



Figura 9: Unidade de Apoio Social Temporário



Figura 10: Unidade de Apoio Social Temporário

